

**FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

FANUEL SANTOS DE SOUZA

O USO DE TEXTOS SAGRADOS EM AULAS DE ENSINO RELIGIOSO Á LUZ  
DA LEI DE DIRETRIZES BASES. IMPASSES E POSSIBILIDADES

VITÓRIA

2014

FANUEL SANTOS DE SOUZA

O USO DE TEXTOS SAGRADOS EM AULAS DE ENSINO RELIGIOSO Á LUZ  
DA LEI DE DIRETRIZES BASES. IMPASSES E POSSIBILIDADES

Dissertação de Mestrado profissional  
apresentado ao Programa de Pós-  
graduação em Ciências das Religiões,  
Faculdade Unida de Vitória, como  
Requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador. Júlio Paulo T Zabatiero

VITÓRIA  
2014

Souza, Fanuel Santos de

O uso de texto sagrado em aulas de ensino religioso à luz da lei de diretrizes bases / Impasses e possibilidades / Fanuel Santos de Souza. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

viii, 70 f. ; 31 cm.

Orientador: Júlio Paulo Tavares Zabatiero

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

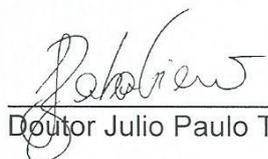
Referências bibliográficas: f. 65-70

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Textos sagrados. 4. Lei de diretrizes e bases. 5. Laicidade - Tese. I. Fanuel Santos de Souza. II. Faculdade Unida de Vitória, 2014. III. Título.

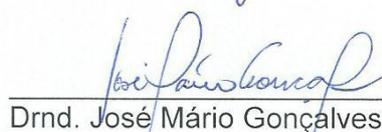
FANUEL SANTOS DE SOUZA

**O USO DE TEXTOS SAGRADOS EM AULA DE ENSINO RELIGIOSO À LUZ DA  
LEI DE DIRETRIZES BÁSICAS: IMPASSES E POSSIBILIDADES**

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões no  
Programa de Mestrado Profissional em  
Ciências das Religiões da Faculdade Unida  
de Vitória.

  
Doutor Julio Paulo Tavares Zabatiero – UNIDA (presidente)

  
Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA

  
Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, pela a oportunidade de servi-LO como meus parcos talentos, tributo toda a Honra, Glória e Louvor;

À minha esposa Dhenyffer, amada e incansável companheira de todas as horas e em todos os desafios; de sua boca nunca faltou um “você vai consegui”.

Aos meus Pais e Sogros; pelo apoio financeiro no momento que precisei, sempre!

Aos meus irmãos pelo sorriso ao ouvir meus sonhos;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio Paulo Tavares Zabatiero, sempre pronto a orientar e encorajar; exigente no atacado compreensível no varejo.

Aos amigos e professores da Faculdade Unida de Vitória pelo privilégio de socializarmos o conhecimento durante a jornada acadêmica;

A todos que de uma forma ou de outra me ajudaram nesse trabalho .

.

## RESUMO

Essa dissertação tenciona levantar uma discussão sobre a instrumentalização dos Textos Sagrados das diferentes confissões em aulas de Ensino Religioso no Brasil, tendo como o parâmetro o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases que preconiza um Ensino Religioso laico e não proselitista. Tal tarefa iniciara pelo um breve levantamento histórico com o intuito de pontuar as configurações adotadas no Ensino Religioso no Brasil; bem como as ambiguidades interpretativas na atual configuração legal do Ensino Religioso no País. Em um segundo momento, abordaremos a questão dos Textos Sagrados, grafados e orais e sua importância histórica e cultural. O terceiro momento da dissertação elencara os impasses que impossibilitam o uso dos Textos Sagrados das religiões em aulas de Ensino Religioso no Brasil. O quarto e último capítulo da dissertação, elencara as possibilidades inerentes aos Textos Sagrados das diferentes religiões, que podem ser acopladas para a construção de um Ensino Religioso abrangente, para tanto uma proposta hermenêutica é sugerida para tal mister.

Palavras-chave. Ensino Religioso, Textos Sagrados, Lei de Diretrizes e Bases, Laicidade.

## ABSTRACT

This paper intends to raise a discussion about the instrumentalization of the Sacred Texts from different faiths in Religious Education classes in Brazil, having as parameter the article 33 of the Education Guidelines and Bases Law which advocates a secular and non-proselytizing religious education. Such a task had started by a brief historical survey with the purpose of identify configurations that have been adopted in Religious Education in Brazil; as well as interpretative ambiguities in the current legal setup of Religious Education in the country. In a second step, we will address the issue of Sacred Texts, graphed and oral and its historical and cultural relevance. The third part of the dissertation had listed deadlocks that prevent the use of the Sacred Texts of religions in Religious Education classes in Brazil. The fourth and final chapter of the dissertation, had listed the possibilities to Sacred Texts from different religions, which can be coupled to build a comprehensive Religious Education, in order to this happen a hermeneutical proposal is suggested for such a task.

Keywords. Religious Education, Sacred Texts, Law of Guidelines and Bases, Secularism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 ENSINO RELIGIOSO BRASILEIRO.</b>	
<b>ANTES E DEPOIS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Ensino Religioso. Panorama histórico .....</b>	<b>12</b>
1.1.1. Três modelos de Ensino Religioso.....	13
1.1.2. Religião, religiosidade. Com o que lida o Ensino Religioso?.....	14
<b>1.2. O Ensino Religioso no Brasil Colonial.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3. O Ensino Religioso no Brasil Imperial.....</b>	<b>19</b>
<b>1.4. O Ensino Religioso no Brasil Republicano.....</b>	<b>20</b>
<b>1.5. O Ensino Religioso e a Nova LDB.....</b>	<b>23</b>
1.5.1 Ensino Religioso uma questão Epistemológica.....	23
<b>1.6. Ambiguidades da Legislação do Ensino Religioso.....</b>	<b>25</b>
1.6.1 Ensino Religioso na concordata Brasil-Vaticano.....	28
<b>2. TEXTOS SAGRADO.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1. Definições de Texto Sagrado.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2. Textos Orais.....</b>	<b>31</b>
2.2.1 Oralidade nas religiões-afro-brasileiras.....	32
2.2.2 Tradição oral indígena.....	33
<b>2.3 Textos escritos.....</b>	<b>34</b>
2.3.1 Judaísmo e Tanak.....	35
2.3.2 Cristianismo e a Bíblia.....	36
2.3.3 Islamismo e o Alcorão.....	38
2.3.4 Hinduísmo e os vedas.....	39
<b>3. O USO DE TEXTOS SAGRADOS NO ENSINO RELIGI-</b>	
<b>OSO. IMPASSES.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 Seletivismo e exclusivismo religioso.....</b>	<b>42</b>
3.1.1 Aumento dos neo- evangélicos.....	43

3.1.2	Influência catequética católico-romana.....	45
<b>3.2</b>	<b>Despreparo docente.....</b>	<b>46</b>
3.2.1	Metanoia docente.....	47
<b>3.3</b>	<b>Laicidade do País.....</b>	<b>48</b>
<b>4.</b>	<b>O USO DE TEXTOS SAGRADOS NO ENSINO RELIGIOSO.</b>	
	<b>POSSIBILIDADES.....</b>	<b>51</b>
<b>4.1</b>	<b>Possibilidades de inclusão.....</b>	<b>52</b>
4.1.1	Identidade e Alteridade.....	53
<b>4.2</b>	<b>A presença do transcendente na história.....</b>	<b>54</b>
4.2.1	O Transcendente como abertura humana.....	55
<b>4.3</b>	<b>Conceito histórico de hermenêutica.....</b>	<b>56</b>
4.3.1	A Hermenêutica em Schleirmacher.....	58
4.3.2	A Hermenêutica em Gadamer.....	59
<b>4.4</b>	<b>Uma proposta hermenêutica.....</b>	<b>60</b>
4.4.1	A igualdade ao invés da discriminação.....	61
4.4.2	O bom sensu em vez do dogma.....	61
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto da pesquisa de mestrado em Ciências das Religiões, na Faculdade Unida de Vitória, e estuda os impasses e as possibilidades da instrumentalização de Textos Sagrados em sala de aula, tendo como parâmetro o Artigo 33 da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na elaboração deste trabalho, aproximei-me do que seria o meu tema, após uma inquietação provocada por um colega sobre o lugar dos Textos Sagrados e das tradições religiosas na educação. Elenquei, rapidamente, os prós e os contras disso em um Estado que se define como laico. Confesso que minha resposta lacônica aparentemente acalmou o meu gentil inquiridor e agitou-me. A partir disso, comecei a ler sobre o assunto. Tais leituras e inquietações trouxeram-me até aqui, a dissertação de mestrado.

Nos últimos anos, o Ensino Religioso tem sido alvo de constantes debates em vários níveis da sociedade, por três razões. A primeira é a laicidade do Estado. A segunda razão que coloca o ensino religioso em evidência, é o aumento vertiginoso de grupos religiosos que se reinventam constantemente, por isso vivemos a era do pluralismo religioso.

E porque não mencionarmos o acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Vaticano, que tem desencadeado debates nos âmbitos legais, políticos e religiosos sobre possíveis privilégios concedidos pelo governo brasileiro à Igreja Católica? Os ministros, diplomatas brasileiros e cardeais da Igreja afirmaram que tal acordo era inócuo, servindo apenas para reforçar a relação entre as partes contratantes. Porém, para muitos estudiosos, seguidores de outras religiões e os não religiosos, o acordo é um retrocesso no tocante à promoção de um Ensino Religioso epistemologicamente viável e uma confirmação de que o laicismo é apenas aparente enquanto o confessionalismo é latente.

Diferente da época do iluminismo que foi marcada pela racionalização e exacerbação da ciência como critério para explicar as realidades, tal fenômeno chamado por Max Weber como desencantamento do mundo, ou seja, “a eliminação da magia como meio de salvação”<sup>1</sup>, os dias que vivemos são delineados pelo

---

<sup>1</sup> WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 106

interesse em torno do sagrado<sup>2</sup>, e a religião faz parte do cotidiano de estudantes em todos os lugares do Brasil, escolas confessionais espalham-se por todo o território nacional. Em um artigo na Folha de São Paulo, do dia 27 de fevereiro de 2011, no encarte Cotidiano, afirmava-se que 98 mil colégios públicos ou privados ofereciam a disciplina sobre Ensino Religioso<sup>3</sup>, muitos deles de forma confessional e catequética.

Longe de defendermos uma bandeira proselitista em sala de aula, acreditamos na validade e eficácia da educação religiosa; não como um *conditio sine qua non*<sup>4</sup> ao desenvolvimento do ser humano, pois a afirmação que, o indivíduo religioso é ontologicamente “melhor, igual ou pior [...] em razão de sua crença, caracteriza clara discriminação”<sup>5</sup>; e de igual modo “justificar o ensino religioso pela necessidade de propiciar formação moral aos educandos também é falso”.

Alguém imbuído de pensamentos pragamáticos poderia perguntar: - Então, porque estudar Ensino Religioso? Respondo: O conhecimento religioso é um conhecimento humano, e todo conhecimento humano é patrimônio da humanidade, e por esta razão o conhecimento religioso deve estar à disposição do educando. Não podemos esquecer que “o conhecimento da religiosidade e da religião faz parte do processo educacional assim como o conhecimento da matemática, da história e da política [...]. A Religião não é assunto apenas do indivíduo [...] em alguma Igreja”<sup>6</sup>. Sobre isso Madalena afirmou:

Entende-se que a escola é o espaço de construção de conhecimento e principalmente de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos que queiram ter acesso. Assim, a transmissão do conhecimento religioso aos educandos torna-se uma forma de educar sua área religiosa.<sup>7</sup>

Diante das argumentações, acima, afirmamos que esse trabalho está dividido

---

<sup>2</sup> Termo cunhado pelo filósofo da religião Rudolf Otto (1869-1973), para designar e explicitar o caráter irracional da religiosidade. O Sagrado é uma categoria interpretativa própria das efetividades religiosas em sua total autonomia, que o homem só pode representar como *mysterium fascinans ET tremendum* (aspecto “fascinante” e “repelente” do luminoso). Esses pensamentos de Otto são expressos no livro *Das Heilige*, traduzido para o vernáculo como os Sagrados aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

<sup>3</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2702201101.htm>. Acessado dia 22.07.2013 às 15:42

<sup>4</sup> Expressão latina que segundo do Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos . Belo Horizonte Ed, Del Rey, 2001significacircunstâncias indispensáveis à validade ou a existência de um ato.

<sup>5</sup> PAULY, Evaldo Luis. Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. EST. Ano?

<sup>6</sup> PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.p76

<sup>7</sup> FERNANDES, Madalena. Afinal, o que é Ensino Religioso? São Paulo.Ed. Paulus. 2000, p.34.

em quatro capítulos. O primeiro capítulo fará uma abordagem histórica sobre o ensino religioso à luz da Lei 9.475, de 22 de julho de 1997, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB). O segundo capítulo apresentará uma definição de Textos Sagrados, traçando uma distinção, ainda que discutível, entre as religiões com Textos Sagrados centralizados na oralidade e as que possuem Textos grafados. No terceiro capítulo, discutiremos os impasses na utilização de Textos Sagrados em aulas de Ensino Religioso, bem como as ‘aparentes’ aporias que inviabilizam sua aceitação “como um estudo relevante para a formação do cidadão atual”<sup>8</sup>. O quarto e último capítulo, seguindo a proposição do tema, elencará as possibilidades inerentes aos textos sagrados e como essas podem ser inseridas para a construção de um Ensino Religioso diversificado e relevante.

É com esses humores e pressupostos supracitados que este trabalho será desenvolvido: olhando para o fenômeno religioso de maneira não confessional.

---

<sup>8</sup>PASSOS. 2007. P. 94

# 1. ENSINO RELIGIOSO BRASILEIRO ANTES E DEPOIS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DE 1996

## 1.1 Ensino Religioso -Panorama histórico

O presente capítulo versará sobre o histórico do Ensino Religioso (doravante ER) no Brasil, partindo do período colonial, imperial e republicano, passando pelas constituições até a idade contemporânea com a nova LDB 9394/96, quando o ER, entre as divergências e convergências, é proposto epistemologicamente como área de conhecimento e como sendo uma disciplina curricular obrigatória das escolas públicas de ensino fundamental, sendo proibida todas as formas de proselitismo.

Desenvolveremos um subtópico sobre as ambiguidades no que tange aos aspectos legais do ER, com a finalidade de problematizarmos o assunto, bem como suscitar questionamentos que servirá de norte para discussões no decorrer da dissertação. O desenvolvimento histórico que faremos, visa contextualizar o ER em cada respectivo período, como forma de facilitar a leitura, bem como o desenvolvimento do tema proposto.

À guisa de introdução do capítulo, é mister dizer que o ER, como educação religiosa de um credo específico, antecede até mesmo a própria escola moderna, pois o conhecimento religioso é um patrimônio universal embasado em tradições e na transmissão oral de pais para filhos. Sendo assim, não é arbitrário afirmar que a educação religiosa sempre esteve presente na história da humanidade, e “se dá o tempo todo, em qualquer idade, em qualquer nível e patamar da vida”<sup>9</sup>. No Antigo Testamento, ou Tanak, livro sagrado para os Judeus e cristãos, a ordem é explícita para os pais educarem os filhos religiosamente. “que estas palavras que hoje te ordeno estejam em seu coração! Tu as inculcarás aos teus filhos”<sup>10</sup>.

O cristianismo, primeiro, ensinará os seus dogmas aos infantes e “em todo o mundo muçulmano, a leitura do Alcorão era, e ainda é, um componente essencial na formação religiosa e moral das pessoas”<sup>11</sup>. Todavia, o ER, como conhecemos hoje, é algo recente e está configurado epistemologicamente de maneira não proselitista de

---

<sup>9</sup> CORTELA, Mario Sérgio. Educação, Ensino Religioso e formação doente. P.12

<sup>10</sup> Bíblia de Jerusalém, 5ª impressão. Ed. Paulus. 2008

<sup>11</sup> Brock, Colin e Simon Schwartzman. Os desafios da Educação no Brasil editores. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.p.08.

matrícula facultativa para os alunos, respeitando os aspectos multiculturais e religiosos dos mesmos.

#### 1.1.1. Três modelos de Ensino Religioso

Parafraseando o epistemólogo francês Edgar Morin, o ER no Brasil sempre navegou em oceanos de incertezas em meio a arquipélagos de certezas, no que diz respeito às suas uniformidade, objetividade e identidade. Percebe-se uma pluralidade de abordagens. Como forma de esclarecimento, destacaremos três tipos de ER que têm se configurado no Brasil, destacando suas “identidades e diferença”<sup>12</sup> proposta por João Décio Passos.

O primeiro modelo proposto por Passos (2007), é o *Modelo Catequético*, derivado do verbo grego *κατηχέω* (Katekeo) que significa "instruir a viva voz". Tal modelo está embasado nos credos, nas confissões e nos dogmas das religiões. Ainda hoje é muito usado nas escolas bíblicas dominicais, na ala protestante do cristianismo, pelas aulas de catequese nos redutos católicos, ou em qualquer forma de doutrinação específica inerentes a um credo religioso. Há pouco tempo, o ensino catequético era unanimemente usado nas escolas do país.

O modelo catequético de ensino, também chamado de “confessional”<sup>13</sup>, embora não esteja mais na maioria das legislações das escolas públicas do País, ainda conta com educadores legisladores e escolas confessionais que defendem e oferecem essa proposta educacional religiosa. Um exemplo deste apoio é a Lei 3.459, sobre o ER confessional nas escolas da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro.

O *Modelo teológico* extrapola os ditames e os cânones da confessionalidade do ensino catequético, sendo respaldado por referências teóricas e metodológicas. “A justificativa teológica do ER vem contextualizada e apoiada por uma cosmovisão religiosa moderna que supera a visão de cristandade de expansão proselitista”<sup>14</sup>.

O *Modelo das ciências da religião* faz uma ruptura com os dois modelos anteriores em busca de uma autonomia epistemológica. Se, no modelo catequético, a cosmovisão era unireligiosa, no modelo teológico, ela é plurireligiosa; nas abordagens estribadas no método das ciências da religião a cosmovisão é

---

<sup>12</sup>SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>13</sup>DANTAS, Douglas Cabral. *O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 112-124, 1º sem. 2004.

<sup>14</sup>PASSOS, 2007, p.5

transreligiosa. “Seu limite é basicamente pressupor a opção prévia dos educandos por uma religião ou comunidade religiosa, o que nem sempre acontece, diante das tendências do pluralismo religioso atual”<sup>15</sup>.

O objetivo do modelo das ciências da religião não é de expandir uma doutrina de uma determinada igreja e nem de formar a mentalidade religiosa do indivíduo. Seu objetivo é a educação do cidadão, colocando ao seu dispor os conhecimentos religiosos.

### 1.1.2 Religião, religiosidade. Com o que lida o Ensino Religioso?

Os componentes curriculares da educação brasileira sugerem, em seu nome próprio, o assunto a ser estudado. A disciplina geografia sugere que os alunos estudarão a terra bem como os assuntos correlatos a ela, de igual modo, as disciplinas matemática, português, etc. Essa associação ‘simplória’, e de certo modo confortável, não acontece com o ER. Por ser uma nação majoritariamente religiosa<sup>16</sup> e em sua maioria de orientação cristã, uma aporia se agiganta na cabeça das pessoas ao ouvirem o termo ER, logo associam com aula de alguma confissão religiosa, mormente vinculadas ao cristianismo, “Nas aulas de religião ensinavam a ela que Deus tinha criado o mundo”<sup>17</sup>.

Creio que a confusão instaura-se devido à má compreensão de termos como religião e religiosidade. Daí surge a pergunta: O que ensinam nas aulas de ER? Para desfazer essa confusão semântica no que tange à religião e à religiosidade, que não é restrita ao “*Mundo de Sofia*”, alguns teóricos têm feito uma distinção entre os termos, outros optam por não fazerem. Batista Modin (1980), ao discorrer sobre o problema religioso, não faz uma distinção clara entre religião e religiosidade, por vezes citando essa como sinônimo daquela. Vejamos:

Uma manifestação tipicamente humana é a religião. Esta não se acha presente nos outros seres vivos, mas unicamente no homem. Trata-se de uma manifestação que, por abarcar a humanidade inteira, tanto no espaço, quanto no tempo (e não só este ou aquele grupo de uma época histórica particular), assume proporções notáveis. Os antropólogos nos informam que o homem desenvolveu uma atividade religiosa desde seu primeiro aparecimento no cenário da história e que as tribos e todas as populações,

<sup>15</sup>Dantas, 2004. p.4.

<sup>16</sup><http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2170>

<sup>17</sup>GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. Romance da História da Filosofia. Editora CIA. Das Letras 28º imp. 1998.p.19.

qualquer que seja o nível cultural, todas as culturas são profundamente marcadas pela religião.<sup>18</sup>

Embora sejam termos intercambiáveis e intrinsecamente relacionados, existem autores que fazem essa distinção com maestria, definindo religiosidade como a busca dos seres humanos para o divino, para o transcendente, “a atitude dinâmica de abertura do [...] ao sentido radical de sua existência”<sup>19</sup>. Geoge Simmel, por sua vez, define religiosidade da seguinte maneira:

A religiosidade é um ser particular, uma qualidade funcional da humanidade, por assim dizer, que determina inteiramente alguns indivíduos, mas existe apenas rudimentarmente em outros. Esse traço fundamental leva habitualmente ao desenvolvimento de artigos de fé e à adoção de uma realidade transcendental.<sup>20</sup>

Definir religião não é tarefa simples, pois trata-se de um assunto polissêmico. Nas palavras de GRESCHAT, “não há uma definição universal de religião, e sim uma polissemia de sentido, de modo que este pode variar conforme o que o interlocutor tem em mente”<sup>21</sup>. Rubem Alves a define como “o esforço para pensar a realidade toda a partir da exigência que a vida faça sentido”<sup>22</sup>. Ludwig Feuerbach disse que religião é “Uma invenção artilosa do homem devido ao medo”.<sup>23</sup> Todavia, há um consenso para fins didáticos entre os teóricos ao definirem o termo religião sociologicamente como sendo “a maneira concreta de o homem viver a sua religiosidade, normalmente isto se dará em comunidade”.<sup>24</sup> ou seja:

A religiosidade remeteria, portanto, à abertura do ser humano experiência do transcendente nos termos da fé, das expressões devocionais e das dinâmicas psíquicas que processam essa experiência. A religião significaria o momento consensual e organizacional dessa experiência como sistema simbólico, social e institucional. Essa distinção conceitual reflete a realidade e é certamente necessária para especificar os termos, sobretudo em se tratando de estudos da religião.<sup>25</sup>

O ER não tem a intenção de ensinar um credo de uma determinada religião específica e nem promover debates entre formas de vivenciar a religiosidade. Sua intenção é agregar saberes sobre todas as confissões religiosas, destacando os valores

<sup>18</sup>MONDIN, Batista, Introdução à filosofia. Rio de Janeiro. Edição Paulinas. 1980.p.80.

<sup>19</sup>GRUEN, Wolfgang. O ensino religioso na escola. Petrópolis. Editora. Vozes,1994. p.24

<sup>20</sup> SIMMEL, G. EssaysonReligion. Yale: Yale University Press - Durham, 1997, p.5

<sup>21</sup>GRESCHAT, H. O que é ciência da religião. 2006

<sup>22</sup>ALVES, Rubem. O que é Religião. Ed. Abril Cultura / Brasiliense. 1984.

<sup>23</sup>Mondin, 1980, p.80.

<sup>24</sup>Gruen, 1994 ,p.25.

<sup>25</sup>Passos, 2007, p.32.

universais e éticos que subjazem em todas as religiões. “Em suma, ER significa a educação da religiosidade do educando”<sup>26</sup>. As aulas de religião ficam restritas ao credo religioso.

A distinção entre religiosidade e religião, é perceptível no Brasil, vislumbra-se o interesse pela religiosidade na medida em que as religiões institucionalizadas são fragmentadas e perdem, a cada dia, influência, fenômeno chamado sociologicamente de secularização. “Na atual sociedade globalizada, [...] as formas de expressão de uma religiosidade espontânea e comunitariamente desenraizadas, estão ganhando espaço e adeptos em detrimento das organizações eclesiais tradicionais”<sup>27</sup>.

A experiência religiosa que outrora estava restrita às paredes dos templos, das mesquitas, sinagogas, etc, invade a sociedade como uma “avalanche” espiritual. Nas palavras do súdito da rainha, o bispo Anglicano N.T Wright, “A espiritualidade ganha diferentes formas, integrando-se à política, à música, às artes, ao teatro, em outras palavras, às atividades cotidianas”<sup>28</sup>.

## 1.2 O Ensino Religioso no Brasil Colonial

Em 1500 (22 de Abril), a armada portuguesa de dez naus e três caravelas, sob o comando de Pedro Álvares Cabral desembarcou no Brasil. As terras brasileiras apresentaram, de imediato, poucos atrativos ao governo português. Não havia sinal de existência de ouro e prata na região, muito menos a possibilidade de estabelecer qualquer forma de comércio, coisa inexistente entre a população nativa.

Por isso, aparentemente aos olhos da coroa portuguesa, nenhuma vantagem econômica poderia ser tirada daquelas paragens. Apenas um interesse religioso fora notado, em princípio, como vemos na carta de descobrimento de Pero Vaz de Caminha.

Até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos [...] **Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.** E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (*grifo nosso*)<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Passos, 2007, p.29.

<sup>27</sup> HARTMANN, Atílio. Uma Globalização Humanista: Nostalgia ou Esperança? A Contribuição da Religião para um mundo globalizado. Campo Grande /MS – setembro 2001.p.01.

<sup>28</sup> WRIGHT, N.T. Simplesmente cristão. Viçosa. Editora. Ultimato, 2009. p.33.

<sup>29</sup> CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de descobrimento. Ministério da cultura Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro.

Apesar dessa carta aparentar interesses por cristianizar os nativos, de 1500 a 1530, período em geral chamado de pré-colonial, o governo português não esboçou nenhum plano de ocupação das terras Tupiniquim. Mesmo sendo oriundos de uma nação cristã, os colonizadores de além-mar não estabeleceram nenhuma instituição eclesiástica nesse período. Só em 1530 os colonizadores portugueses, vindos de um país eminentemente católico, que não sofrera o impacto da reforma protestante, começam o período chamado de colonização e desde cedo, o religioso esteve amalgamado ao cotidiano dos brasileiros. Cruzes foram erigidas por todos os lados.

O interesse pela conversão dos nativos estava amalgamado com interesses econômicos. Os missionários que vieram implantar a fé cristã desembarcaram juntos com os colonizadores. Escola, igreja e sociedade estavam debaixo da cristandade, cuja ideologia remete ao Edito de Milão de 313 em que o imperador Constantino privilegiava o cristianismo em detrimento a outras religiões. A cristandade, no período colonial brasileiro, tinha em seu âmago a complementação entre os poderes políticos e religiosos, como forma básica de organizar a vida, compreender o mundo e o ser humano. “No período colonial brasileiro a educação estava alicerçada entre três esferas institucionais que eram: a Escola, a Igreja e a Sociedade política/econômica”.<sup>30</sup>

Imbuídos da missão de cristianizar os nativos, no Brasil colonial, a educação passava necessariamente pelo crivo da Igreja Católica, e “não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado independentemente da religião”<sup>31</sup>. Por isso “desta forma, o que se desenvolveu como Ensino Religioso foi o Ensino da Religião oficial, como evangelização dos gentios e catequese dos negros, conforme os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal.”<sup>32</sup>

Os não católicos eram obrigados a se converterem ao catolicismo, exemplo disso foram os cristãos-novos, alcunha dada aos judeus e descendentes que foram obrigados a aderirem ao cristianismo como religião oficial, por decisão da coroa portuguesa e, destarte o ER desempenhava funções catequéticas, como nos elucida o professor Remí Klein.

---

<sup>30</sup>MAX, Antônio. Um breve histórico do Ensino Religioso na educação brasileira. Rio Grande do Norte. 2009. P.01

<sup>31</sup>FAUTOS, Boris. História do Brasil. São Paulo. Edusp. 1996. p.35.

<sup>32</sup>FONAPER. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso. São Paulo: Ave Maria, 1997.p.23.

O projeto religioso da educação não conflitava com o projeto político dos reis e da aristocracia. Foi a fase da educação sob o motivo religioso. O que se desenvolveu como Ensino Religioso foi o ensino da religião oficial, como evangelização dos gentios e catequese dos negros, conforme os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice da Igreja Católica e o Rei de Portugal, em decorrência do regime de padroado.<sup>33</sup>

A religião aqui desenvolvida gozava as águas plácidas de ser a única detentora das “verdades” Sagradas, diferentemente da Europa que estava sendo varrida pelas “heresias” protestantes que em seu bojo continham doutrinas novas e antagônicas aos cânones católicos. “A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos”<sup>34</sup>. Por isso mesmo a catequese de negros e índios tinha como fito introjetar a mentalidade europeia ibérica.

Nesta fase, os colonizadores queriam a qualquer forma impor suas ideias europeias, enquadrando assim as pessoas aos valores sociais que eles defendiam como sendo bom para a sociedade. Nesse período, o Ensino Religioso se fundia e confundia com a corte.<sup>35</sup>

Os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 com o Padre Manoel de Nóbrega juntamente com o primeiro governador geral Tomé de Souza. Essa ordem religiosa extremamente rigorosa fora fundada por Inácio de Loyola em 1534, após a reforma protestante do século XVI, e como forma de combater a expansão da mesma. A meta dos ensinamentos dos jesuítas não era propor uma inovação educacional, mas colocar em prática os mandamentos do Cristo: “*Docete omnes gentes*, ensinai, instruí, mostrai a todos a verdade”.<sup>36</sup>

Os jesuítas preconizavam o ensino catequético embasados no conjunto de normas de regulamentação dos colégios *‘Ratum Studiorum’*<sup>37</sup> e tinha como meta

<sup>33</sup> KLEIN, Remí. Curso de extensão em ensino religioso. Fundamentos históricos e legais do ensino religioso. São Leopoldo. Editora EST, 2010. P.05.

<sup>34</sup> Faustos, 1996, p.35.

<sup>35</sup> Max, 2009 p.1.

<sup>36</sup> Verbete elaborado por Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. Acessado em 13.08.13 as 12:55. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ratio\\_studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm).

<sup>37</sup> Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno. Antes do documento em questão ser elaborado, a ordem tinha suas normas para o regimento interno dos colégios, os chamados Ordenamentos de Estudos, que serviram de inspiração e ponto de partida para a elaboração da *Ratio Studiorum*. A *Ratio Studiorum* se transformou de apenas uma razão de estudos em uma razão política, uma vez que exerceu importante influência em meios políticos, mesmo não católicos. O objetivo maior da educação jesuítica segundo a própria Companhia não era o de inovar, mas sim de cumprir as palavras de Cristo: “*Docete omnes gentes*, ensinai, instrui, mostrai a

manter incólume dos ensinamentos protestantes os dogmas do catolicismo. “Nesse período não se falava ainda em ensino religioso como disciplina, se tratava de uma formação religiosa”.<sup>38</sup> A companhia de Jesus, como também era conhecida a ordem religiosa, reafirmava o escolasticismo<sup>39</sup> medieval e a ideologia católica de cristandade, ou seja, o que se fez na escola nesse período fora a catequização dos nativos no dogma católico; “Os meninos aprendiam a ler e escrever através dos livros sagrados”.<sup>40</sup>

Em meados do Século XVIII (1759), devido a incompatibilidade de objetivos entre a companhia de Jesus, que tencionava a catequização e noviciado, e Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal de 1750 à 1777, que objetivava levantar a honra portuguesa frente a potências europeias, ordem dos Jesuítas foram expulsas do Brasil.

O período conhecido como pombalino, apesar de ter auspícios de um “humanismo” na educação, fora insipiente para desarticular o ER que vinha sendo praticado há tempos no Brasil e reforçado pelos jesuítas.

### 1.3 O Ensino Religioso no Brasil Imperial

O Período de 1822 à 1889 é conhecido como Imperial, época essa que fora caracterizada por intensas mudanças na política brasileira. Todavia, no Brasil, as mudanças na concepção religiosa da sociedade não ocorreram. “Vale salientar ainda que a Igreja nesse período tinha lá seus interesses, o de evangelizar pregando ou impondo a doutrina católica romana”.<sup>41</sup>

---

todos a verdade.” Esse foi um dos motivos pelos quais os jesuítas desempenharam na Europa e também no chamado “Novo Mundo” o papel de educadores, unido à veia missionária da Ordem. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ratio\\_studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm) acessado as 12:06do dia 13.08.13

<sup>38</sup>OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. Ensino Religioso: fundamentos e métodos. São Paulo:Cortez, 2007. P.21.

<sup>39</sup>O escolasticismoé a doutrina, as idéias e os sistemas dos escolásticos, aquele movimento que abarcava a Europa medieval. É impossível marcarmos datas exatas para um movimento dessa natureza. Alguns dizem que já estava em seus primórdios, ai pelo século VII D.C., tendo prosseguido seu desenvolvimento até o século XV D.C. A maioria dos estudiosos concorda que o escolasticismo atingiu o seu ponto culminante nos séculos XII e XIII D.C., quando foram publicados os grandes *Summae*, ou sumários, de teologia e de filosofia. (CHAMPLIN,Pg, 451 2008,)

<sup>40</sup>RANQUETAT, Cesar A Jr. Religião em sala de aula: O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. São Paulo. Ed CS, 2007. P.164.

<sup>41</sup> Max, 2009, p.02.

Estribado na Carta Magna de 1824, que mantinha a religião católica como oficial, o ER era usado como forma de catequização dos fiéis. Vejamos o 5º Artigo da carta supracitada:

Art. 5º - A religião católica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo.<sup>42</sup>

Em 15 de outubro de 1827, foi criada a lei sobre ensino religioso no Brasil. O conteúdo mandava estabelecer escolas em todas as cidades e lugares mais populosos do país. O artigo 6º afirmava:

Art. 6º - Os professores ensinarão a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, décimas proporções às noções mais gerais de geometria, a gramática prática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e a apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; proferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil.<sup>43</sup>

O caráter ideológico no ER se manterá incólume nos anos do Brasil império em concordância com as vontades do Sumo Pontífice e da Coroa Portuguesa.

#### **1.4 O Ensino Religioso no Brasil Republicano**

Com ascensão da ordem republicana e o término da monarquia e imbuídos dos ideais positivistas, “aspectos da vida social como a educação, o matrimônio e o enterro eram de competência do Estado; um Estado livre da Igreja em que por sua vez poderia ter liberdade de culto, no entanto, fora da escola e em local próprio”<sup>44</sup>, sobre os auspícios da expressão “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino”.<sup>45</sup>

A partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as chamadas tendências secularizantes existentes no Império foram assumidas pelo novo regime, organizado a partir do ideário positivista, que no campo da educação, é responsável pela defesa da escola leiga, gratuita, pública e obrigatória, rejeitando, portanto, a ideologia católica que exercia o monopólio do ensino de caráter elitista. Sob a influência do Comte, Benjamin Constant.<sup>46</sup>

<sup>42</sup>Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Acessado 23.05.12 as 13:48hs. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm).

<sup>43</sup>CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e Escola Pública: o Curso Histórico de uma Polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. Revista de Educação, 17: 20-37. 1993.p.22.

<sup>44</sup>CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: Legislação e seus Desdobramentos nas Salas de Aula do Brasil. Fórum mundial de teologia e libertação. Belém. 2009.p.22.

<sup>45</sup>Fonaper, 2006, p.24.

<sup>46</sup> JUNQUEIRA, Sérgio. LOPES, Wagner (org). O Ensino Religioso no Brasil. Champagnat, 2011 2ª

O ER começa a se desvincular da tutela do Catolicismo Romano, não sem o protesto dos sacerdotes católicos. “Os bispos brasileiros e a intelectualidade de orientação católica conservadora reagiram à secularização promovida pela constituição”.<sup>47</sup> A separação entre a Igreja e o Estado fez com que o ensino religioso ficasse relegado a escolas confessionais.

O Ensino Religioso só poderia ou deveria ser ministrado apenas em alguns estabelecimentos específicos, como, por exemplo, nas escolas de cunho religioso e não mais naquelas mantidas pelo Poder Público. Essa linha de pensamento foi influenciada pelos ideais da liberdade religiosa regida pelo princípio de laicidade do Estado, segundo a concepção francesa. É o que consta no discurso de grande número de parlamentares que atuaram na Assembleia Constituinte e na implantação do novo regime.<sup>48</sup>

Um componente que condimentará as discussões posteriores sobre o atual formato do ER chega novamente nesse ínterim, a saber, a chegada de missionários protestantes, que por aqui estiveram sem muito êxito, após duas tentativas frustradas. A primeira em 1555 e outra em 1621. Da chegada dos protestantes, destacamos a fundação das primeiras escolas dessas confrarias cristãs.

Como exemplo, podemos citar a escola americana de confissão presbiteriana e o colégio piracicabano de origem metodista. É digno de se notar que nesse período, apesar da laicidade do Estado e a chegada de outras confissões cristãs, a catequização em escolas públicas ainda continuava a ser feita pelos doutrinadores católicos, vejamos:

Com o texto declarando que o ensino religioso será laico, acontece uma grande discussão em torno do assunto, diante da possibilidade de se excluir o ensino religioso no texto da constituição de 1891, regendo a laicidade. A Igreja católica romana ainda continuava com sua atuação voltada para a prática proselitista da catequização dentro das escolas públicas brasileiras.<sup>49</sup>

Com a Segunda República, através da “Reforma de Francisco Campos”<sup>50</sup>, de 30 de Abril de 1931 e da constituição de 1934, significativas mudanças foram implementadas na educação brasileira, como homogeneidade e organicidade. O ER passa a ser administrado em caráter facultativo e respeitando a confissão religiosa do

edição.p.39.

<sup>47</sup>RANQUETAT, Cesar A Jr. Religião em sala de aula: O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. São Paulo. Ed CS, 2007. p.165.

<sup>48</sup>Max, 2009 p,2.

<sup>49</sup>Max, 2006, p.3.

<sup>50</sup>DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Revista Educação. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009

estudante, ficando a cargo dos ministros das confissões religiosas a tarefa de escolher o material didático, como assegura o artigo 153.

Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.<sup>51</sup>

O ER como oferta obrigatória da escola e frequência facultativa dos alunos com horários definidos advindas da reforma de Francisco Campos foi a que vigorou em termos de regulamentação, sendo praticamente repetido “*ipsis litteres*”<sup>52</sup> na constituição de 1946, ou seja:

Na Constituição de 1946, se recuperou praticamente a mesma redação constante na Constituição de 1934, cujo teor foi transportado quase na íntegra para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4024/61, de 1961, garantindo o espaço do Ensino Religioso na escola, com oferta obrigatória para a escola, mas com matrícula facultativa para o aluno, resguardando-se assim o princípio constitucional republicano da liberdade religiosa e da laicidade do ensino.<sup>53</sup>

No golpe de 1964, o sistema educacional brasileiro, em todas as esferas, passa a ser monitorado pelos comandantes das forças armadas. O Projeto de educação chamado Estado de Segurança Nacional abarcou, de forma abrangente, vários setores da sociedade civil e a educação passava pelo crivo da segurança nacional, amalgamado com interesses capitalistas buscava municiar com mão de obra qualificada a indústria nascente. O ER continuava de caráter obrigatório para a escola e facultativa para os alunos. Ainda sobre isso nos elucida o professor Klein.

No período da ditadura, de 1964 a 1984, o conceito de liberdade passou pela ótica da segurança nacional, sendo que a Reforma de Ensino, Lei Nº 5692/71, de 1971, em seu artigo 7º, parágrafo único, repete o dispositivo da Constituição de 1968, incluindo o Ensino Religioso no sistema oficial de ensino como oferta obrigatória para a escola, mas de matrícula facultativa para o aluno.<sup>54</sup>

Com a constituinte de 1985 e imersa nos ideais de redemocratização, a proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Religioso voltou a estar em debate no Congresso Nacional. A constituição promulgada em 1988, assevera no

<sup>51</sup> Fórum Nacional Permanente de ensino religioso. [www.fonaper.com](http://www.fonaper.com). Consulta no dia 20. 05.2013 as 18h58.

<sup>52</sup> *ipsis litteris* é uma expressão de origem latina que significa "pelas mesmas letras", "literalmente" ou "com as mesmas palavras". Utiliza-se para indicar que um texto foi transcrito fielmente ao original. Ainda pode-se utilizar uma expressão de mesmo significado, *ipsis verbis*, que quer dizer "pelas mesmas palavras", "textualmente" disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ipsis%20litteris/> acessado em 23.05.13 as 15h33

<sup>53</sup> KLEIN, Remí. Curso de extensão em ensino religioso. Fundamentos históricos e legais do ensino religioso. São Leopoldo. Editora EST, 2010. P.3.

<sup>54</sup> Klein, 2006, p.06

Artigo 210 o Ensino Religioso nos seguintes termos: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.<sup>55</sup> As constituições estaduais de 1989 repetem o mesmo conteúdo, e em 1990 as leis orgânicas dos municípios fazem o mesmo procedimento no que tange ao Ensino Religioso.

### 1.5 O Ensino Religioso e a Nova LDB

Nos períodos históricos do desenvolvimento do ER no Brasil, percebemos rupturas e continuidades com o regime do Padroado firmado entre os Monarcas portugueses e a Santa-Sé. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, modificada pela Lei 9375/97, postulados sobre ER foram clarificados, seu alvo passa a ser estudar bem como compreender o Fenômeno Religioso que se constata “a partir do convívio social do educando”.<sup>56</sup>

O ER está assegurado por lei de forma laica em seus parâmetros legais, ficando vedadas as práticas proselitistas em salas de aula. O ER atualmente é obrigatório para as escolas, mas facultativos para os alunos e deve respeitar a diversidade cultural e religiosa da população brasileira, abrindo espaço para o diálogo da sociedade civil. “Vale ressaltar que em 1998, pela Resolução 2/98 e pelo Parecer 4/98 do Conselho Nacional de Educação, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental”.<sup>57</sup> A educação religiosa ficou definida como área do conhecimento.

#### 1.5.1 Ensino Religioso- Uma questão Epistemológica

O termo epistemologia deriva etimologicamente do grego *ἐπιστήμη* (*episteme*) e significa conhecimento em contraste com *δόξα* (*doxa*) que por sua vez significa uma mera crença popular, opinião. Na sua abordagem filosófica, a epistemologia remete-nos a questão de como sabemos a validade do conhecimento adquirido. No auge do iluminismo que, por sua vez, fora marcado pela racionalização e exacerbação da ciência como critério para explicar o mundo, os saberes religiosos

---

<sup>55</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acessado no dia 20.05.13 as 23:33

<sup>56</sup>Max, 2009, P.4.

<sup>57</sup> Klein, 2006, p.6.

foram relegados a um tempo ultrapassado e mítico das civilizações primevas, não obstante alguns pensadores dessa época defendesse a instrumentalização da religião para controle social.

Em nome da autonomia da razão e de um estado laico sem interferências de ordem religiosa, a educação religiosa fora questionada. “Rousseau, por exemplo, nega que deva educar a criança para a vida religiosa. Isso significaria uma interferência em sua natureza”<sup>58</sup>.

Os prognósticos iluministas, sobre o fim da religião e o desencantamento do mundo falharam, e os dias que vivemos são delineados pelo interesse em torno do Sagrado (Otto). A religião não mostra nenhum sinal de decrepitude e faz parte do cotidiano de estudantes em todos os lugares do Brasil.

Se na modernidade tecnicista e na era do positivismo lógico, “por positivismo lógico se entende a teoria formulada inicialmente pelo Círculo de Viena – a partir de 1922, atingindo seu auge entre os anos de 1929 à 1938”<sup>59</sup>, o conhecimento só podia ser aferido pela razão, uma vez que o objeto da religião não era plausível, portanto, impossível de conhecimento. Os dias da pós-modernidade, com a superação do pensamento forte, é caracterizado pelo seguinte pensamento:

[...] um pensamento que desistiu de ser *fundacional* para os outros tipos de saber humano; desistiu, portanto, de se situar fora ou acima da história e da finitude humana, e de oferecer uma descrição objetiva dos fatos, o que significa também uma maior “abertura em termos de interpretação”.<sup>60</sup>

Com isso, não é arbitrário falar em uma epistemologia do fenômeno religioso, por conseguinte, uma epistemologia do ER, pois os novos contornos da epistemologia admite e concebe a religião dos saberes. O ER, desde a resolução CEBn° 02, de 7 de abril de 1998, constitui-se, em caráter epistêmico, como área de conhecimento humano, ficando não mais a mercê de resoluções eclesiais para ser competência pedagógica. “O Conhecimento é assimilação crítica e responsável de conteúdos e métodos acumulados pelas ciências no decorrer da história; a escola é a facilitadora dessa assimilação ao ensinar e a aprender”<sup>61</sup>.

O processo de ensino-aprendizagem pode e deve decodificar valores e tradições, porém, dentro de um discurso regado por fundamentos teóricos e regras metodológicas, ou seja, dentro de uma dinâmica lógica e enraizada

<sup>58</sup> Passos, 2007, p.84.

<sup>59</sup> COSTELLA, Domenico; OLIVEIRA, EdnilsonTurozi. Epistemologia do Ensino Religioso. In: *Revista Religiao & Cultura*, v. VI, n. 11 (jan./jun. 2007) p.2.

<sup>60</sup> ROCHA, AbruschinSchaeffer. *Hermenêutica: Lendo textos e pessoas num mundo paradoxal*. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2012. p.23.

<sup>61</sup> Passos, 2007, p.27.

nas ciências. Nesse sentido por epistemologia do Ensino Religioso entendemos a sua base teórica e metodológica, enquanto área do conhecimento específica que assume a religião como um objeto de estudo, produzindo sobre estes resultados compreensivos que normalmente são credenciados como ciência.<sup>62</sup>

Nas palavras da Dra. Laude Erandi Brandenburg “Ensino Religioso trata do conhecimento religioso, o já construído e aquele por construir, mediado pela realidade pedagógica da escola”.<sup>63</sup> A Epistemologia no Ensino Religioso sustenta sua viabilidade e academicidade, e deverá responder dois aspectos: A cientificidade, que fornece embasamento e conhecimento teórico e metodológico, o outro aspecto indissociável é “explicação de valores que embasam e direcionam o ato pedagógico”.<sup>64</sup>

## 1.6 Ambiguidades da Legislação do Ensino Religioso

O ER é “problemático”<sup>65</sup> “e alvo de polêmicas”,<sup>66</sup> quer seja por sua identidade histórica, onde vislumbra-se certo interesse político-ideológico, quer seja pelo seu caráter e configuração atual “Obrigatório para escola, facultativo para os alunos” (Santos). Com a Proclamação da República, a validade e utilidade do ER no Brasil passou a ser questionado de forma veemente e patente. A promulgação do estado laico deu voz aos que viam no ER um entrave para a concretização de uma nação de fato republicana.

O que a pesquisadora Débora Vasti Colombani Bispo de Almeida chama em sua dissertação de “Grupo do não”. Entre os que levantaram voz e defenderam a inconciliabilidade entre ER e estado laico, está o movimento manifesto dos pioneiros.

O manifesto dos Pioneiros da Escola Nova reflete a posição do grupo contrário à inclusão da referida disciplina na Escola. Os chamados escolanovistas posicionavam-se contra o Ensino Religioso, por conta dos princípios defendidos da “laicidade”, obrigatoriedade e gratuidade do ensino público.<sup>67</sup>

---

<sup>62</sup> Passos, 2007, p.28.

<sup>63</sup> BRANDENBURG, Laude Erandi. Epistemologia do Ensino religioso e a prática escolar. São Leopoldo. Editora EST, 2010. Curso de Extensão para professores do Ensino Religioso.

<sup>64</sup> Passos, 2005, p.08

<sup>65</sup> CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: Legislação e seus Desdobramentos nas Salas de Aula do Brasil. Fórum mundial de teologia e libertação. Belém. 2009. P. 01

<sup>66</sup> Dantas, 2004.

<sup>67</sup> Fonaper, 1997, p. 26.

Contudo, essa desvinculação do ER da tutela eclesiásticas fora feita sem questionamento por partes de setores influentes da sociedade que via no ER “Catequético”<sup>68</sup> algo a ser perpetuado ainda no regime republicano. As ambiguidades do ER não foram diminuídas com a Nova Lei de Diretrizes e Bases e estende-se, desde a sua oferta , como obrigatória para as escolas e facultativo quanto a participação dos alunos. Embora o Artigo 33 o defina como “parte integrante da formação básica do cidadão constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”<sup>69</sup> (Lei 9475/97). Daí a pergunta: Como pode uma disciplina ser concomitantemente parte da formação básica e de caráter facultativo?

Outra ambiguidade no ER indiscutivelmente é a formação de docentes para lecionar ER. Não há uma organização e iniciativa do MEC em legitimar licenciaturas que habilita docentes na área. Algumas tentativas foram feitas para implantar licenciaturas em ciências da religião para melhor qualificação dos docentes em Ensino Religioso, entretanto, o resultado fora incipiente.

Muitos desses cursos esconderam em seu bojo pressupostos e conteúdos teológicos. “Diante disso, a formação do docente em ER acabou ficando numa espécie de campo aberto, composto por diferentes forças: as igrejas com as suas intencionalidades, e as entidades civis com seus esforços titânicos”.<sup>70</sup>

Alguns cursos de extensão são oferecidos por algumas instituições de ensino, como exemplo, podemos citar a EST (Escola Superior de Teologia), que promove pelo sistema EAD cursos de extensão e a Livraria Paulinas, que oferecem aos finais de semana, em algumas de suas lojas pelo Brasil. Destaca-se também o FONAPER,<sup>71</sup> que, em anos alternados, em várias cidades do Brasil promove seminários de formação para docentes na área.

Por não haver uma formação específica para o docente em ER, diretamente ou não, a explanação das aulas ainda fica a mercê das “antigas referências confessionais”<sup>72</sup> ou é repassada para professores de outras disciplinas sem formação específica para exercerem tal função; e isso para uma disciplina que hoje é pensada epistemologicamente como área do conhecimento é uma ambiguidade colossal.

---

<sup>68</sup>Passos, 2007.

<sup>69</sup>Fonaper, 1997, p.30.

<sup>70</sup>Passos, 2007, p.14

<sup>71</sup>Forum Nacional Permanente em Ensino Religioso.

<sup>72</sup>Passos. 2007

“Acreditamos que toda formação inicial e continuada de professores de Ensino Religioso são legítimos, importantes, válidos e necessários, porém, o único caminho que de fato habilita para o Ensino Religioso é a licenciatura”.<sup>73</sup> O ER como área do conhecimento humano tem espaço garantido entre os saberes a serem desenvolvidos pelos educadores e educandos. Isso equivale dizer que conhecimento religioso é tão válido como quaisquer outras formas de saber humano.

O MEC possui PCN<sup>74</sup> de várias disciplinas que regulamenta a educação no Brasil, entretanto, não possui parâmetros curriculares nacionais que norteiem a disciplina de ER. Uma ambiguidade configura-se aí: Porque há omissão do MEC em propor um PCN para o ER?

Possíveis respostas têm sido dadas a essa pergunta, tais como a inconciliabilidade de tais parâmetros com o laicismo da nação e a omissão conveniente por motivos políticos. Os Parâmetros curriculares que, funcionalmente têm sido utilizados pela maioria dos educadores em ER no Brasil, é um documento “feito a muitas mãos”<sup>75</sup> por iniciativa do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso. Educadores de várias partes do Brasil e de diferentes confissões religiosas reuniram-se para tal mister:

Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram elaborar uma proposta pedagógica para o Ensino Religioso, tendo como objeto de estudo o fenômeno religioso, sem proselitismo, mediante amplo processo de reflexão sobre os fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos desse componente curricular, explicitando seu objeto de estudo, seus objetivos, seus eixos organizadores e seu tratamento didático. Este documento foi entregue ao Ministério da Educação (MEC) em outubro de 1996 e editado pela Editora Ave-Maria em 1997.<sup>76</sup>

Ao citarmos o documento do FONAPER, como uma ambiguidade no ER, não tivemos a intenção de desclassificar a relevância de tal documento, embora particularmente possuo alguns questionamentos quanto a algumas abordagens todavia a funcionalidade do documento é inquestionável uma vez que o mesmo é de suma importância na orientação da prática docente em ER por todo o Brasil e é amplamente citado por teóricos que versam sobre o ER. O FONAPER tem, ao longo

---

<sup>73</sup> Klein, 2010.p.3

<sup>74</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais. Elaborado pelo governo Federal em 1996, com intuito de padronizar os currículos escolares da nação sendo obrigatória para rede pública, facultativa para iniciativa privada. Hoje a maioria dos PCN tem sido definido com maior atenção as realidades culturais das regiões brasileira.

<sup>75</sup> [http://www.fonaper.com.br/documentos\\_parametros.php](http://www.fonaper.com.br/documentos_parametros.php). Acessado em 24.05.13, as 13.51.

<sup>76</sup> Ibid.

dos anos, defendido uma prática educativa-religiosa não proselitista.

### 1.6.1 Ensino Religioso na concordata Brasil-Vaticano

No dia 13 de novembro de 2008, o então presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, juntamente com sua esposa e quatro ministros, em vista ao agora papa emérito Bento XVI, no Vaticano, assinaram uma concordata que, segundo Luiz Antônio Cunha, “é um termo próprio do universo simbólico da Igreja Católica. Ela é um tratado ou acordo firmado entre os governos de dois Estados, o Vaticano e um outro”<sup>77</sup>. O acordo, composto de 20 Artigos, trata de inúmeros temas; três deles, a saber, 9,10, 11, referentes diretamente à educação.

Os assuntos dos dois primeiros Artigos são referentes a reconhecimento de diploma acadêmico emitido por instituições católicas. O direito da igreja administrar seus centros de formação pastoral e afirmação de que a igreja “continuará a colocar suas instituições de ensino, em todos os níveis, a serviço da sociedade, em conformidade com seus fins e com as exigências do ordenamento jurídico brasileiro”<sup>78</sup>. Essas reivindicações, como vemos, não possuem nada de inédito. Não há nada que não seja contemplado pela Constituição Federal, podendo ser chamados de Artigos reiterativos e inócuos.

A estranheza e as discussões deram-se devido o Artigo 11,parágrafo 1º (parágrafo único), dizer que “O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”<sup>79</sup>.

Apesar dos defensores da concordata afirmarem que ela não fere a Constituição Federal e o Artigo 33 da LDB, os críticos taxam-na de inconstitucional e de favorecimento religioso do Brasil à Igreja Católica Romana, o que fere os princípios de laicidade da nação. Atualmente, há uma ação direta de inconstitucionalidade da concordata tramitando no Supremo Tribunal Federal.

---

<sup>77</sup>CUNHA, Luiz Antônio. A EDUCAÇÃO NA CONCORDATA BRASIL-VATICANO. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009

<sup>78</sup><http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-a-integra-do-acordo-brasil-vaticano/> acessado as 09:22 do dia 16.08.13.

<sup>79</sup>Ibid.



## 2. TEXTOS SAGRADOS

### 2.1 Definições de Texto Sagrado

Por se tratar de um País com imensa diversidade étnica e conseqüentemente pluricultural, o Brasil possui variadas confissões e tradições religiosas que vão desde as oriundas dos povos nativos, dos colonizadores, imigrantes primevos e tardios até às manifestações virtuais de neoreligiões que se popularizaram no primeiro decênio do novo milênio. Todas essas tradições de fé organizam-se em Lugares Sacros, mediados por Símbolos, Ritos, Mitos e Textos Sagrados. Nesse capítulo, importa-nos apenas esse último, os Textos Sagrados.

Textos Sagrados são narrativas escritas ou orais que norteiam a vida religiosa dos comungantes “para uma vivência espiritual e social em harmonia com o transcendente”<sup>80</sup>. Logo, fazem parte do cotidiano dos alunos das redes públicas e privadas de ensino, uma vez que a nação brasileira é majoritariamente religiosa.

Faremos uma definição, bem como uma distinção entre textos escritos, também conhecidos como escrituras sagradas e os textos orais, as tradições orais. Usaremos como exemplo de tradição oral as religiões de matrizes africanas sem especificar credos e nuances de rituais. O fato de haver diferenças entre as religiões de matrizes africanas, alguns crentes dessas religiões, poderiam achar simplório tal análise. Interessa-nos, no texto, a organização em torno das tradições orais. Ainda sobre as tradições orais, faremos uma concisa análise da tradição oral indígena brasileira.

Ao descrevermos sobre textos grafados, abordaremos três religiões mundiais que possuem Livros Sagrados, a saber, Cristianismo, Islamismo, e Hinduísmo. Desenvolveremos também um subtópico sobre fundamentalismo e sua relação com os Textos Sagrados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso nos eixos organizadores do conteúdo, a saber, Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos, Ethos; define os Textos Sagrados da seguinte forma:

São os textos que transmitem, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do Transcendente, em que, pela revelação, cada forma de afirmar o Transcendente faz conhecer aos seres humanos seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições, e estão ligados ao ensino, à pregação, à

---

<sup>80</sup>REIMER, Haroldo. Textos Sagrados e seus Ensinamentos. 2008.P .04

exortação e aos estudos eruditos.<sup>81</sup>

Os Textos Sagrados são ricos em figuras de linguagem, parábolas, símiles e metáforas. As linguagens dos textos estão embebidas em contemplação. A escrita brota da fé. O contar e o recontar das estórias apontam para um tempo mítico mediado pela a experiência com o Sagrado, que valoriza e singulariza as existências tornando “bem-aventurado aquele que lê e os que ouvem”.<sup>82</sup>

## 2.2 Textos orais

Com o olhar prismático etnocêntrico ocidental , o acúmulo de informação e a celeridade das redes de comunicação, os homens pós-modernos tendem a minimizar a importância e seriedade das religiões centradas nas tradições orais. A importância da palavra, enquanto dita, tem perdido o seu valor mobilizador . A grafia é associada ao primitivo e não ao civilizado. Entretanto, toda transmissão de conhecimento humano ao longo da história fora feita pela transmissão oral desde a pré-história, com sociedade agrafas até a revolução causada pela imprensa de Gutemberg.

Por Textos orais, entendemos que sejam as tradições passadas de geração a geração de uma determinada cultura, desde os saberes elementares da vida cotidiana aos da transcendência religiosa, rompendo, a exemplo do que fora exposto por Mircea Eliade, as fronteiras entre o Sagrado e o Profano<sup>83</sup>. Os narradores das tradições orais religiosas assumem a função de oráculos divinos. A dramatização e a força dos sentimentos na retórica reforça e reveste as narrativas de veracidade. Por isso mesmo é de suma importância uma “educação prévia da voz para que ela seja clara. Essa proferição exclui a elocução relaxada, pois ela se dirige ao grupo e é feita em nome do grupo, em virtude de sua vida e de sua sobrevivência”<sup>84</sup>. Sobre a relação texto-orador vejam o que sugere Schipper:

Na verdade, um “texto” oral não existe por si mesmo, sem performance: a presença mesma do apresentador, do contador de história, do cantor – sem o qual literatura oral não pode ao menos existir – é uma característica fundamental que foi muitas vezes esquecida no passado.<sup>85</sup>

<sup>81</sup> FONAPER, 1997, p. 51-52.

<sup>82</sup> Bíblia Sagrada. Almeida Revista e Atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil. Apocalipse 1.3.

<sup>83</sup> Mircea Eliade, historiador romeno na obra *O Sagrado e o Profano* (Martins Fontes), estudou a religião não apenas no que diz respeito aos aspectos sagrados, como fizera Rudolf Otto na obra referenciada alhures. Eliade leva em conta atos banais do dia-dia o que ele chama de profano.

<sup>84</sup> BONVINE, Emílio. “Textos orais e textura oral”. QUEIROZ, Sônia (org). *A tradição oral*. Belo Horizonte. Fale. UFGM. 2006.

<sup>85</sup> SCHIPPER, Mineke. “Literatura oral e oralidade escrita”. QUEIROZ, Sônia (org). *A tradição*

A organização da comunidade se dá em torno dessa tradição e dessas histórias, sempre permeados por mitos, fábulas e lendas que mantêm a sobrevivência, idiosincrasias e valores de um povo. Embora seja impossível enumerar e reduzir à igualdade todas as tradições orais, podemos destacar algumas semelhanças entre elas. “Potência da Palavra, a destinação dos nomes, o poder constituinte do verbo e a estruturação musical da transmissão”.<sup>86</sup>

Nas tradições afrodescendentes e entre os povos *quéchua*, na região dos andes, a palavra é dita como a energia que põe em movimento todas as coisas, como axé nas tradições afros de matriz yorubá, e são independentes dos seus proferidores. Apesar dessa autonomia da palavra, “há uma intrínseca ligação entre a palavra e a natureza, harmonizando a pessoa no fenômeno religioso e em suas expressões.”<sup>87</sup>

### 2.2.1 Oralidade nas religiões afro-brasileiras

A cultura africana chega ao Brasil pelo tráfico negreiro de forma desumana, combatida e reprimida pelos senhores escravagistas. Mesmo assim influencia “pelas portas do fundo” todo o restante da casa. Prova disso é que, hoje, o Brasil é a segunda maior nação negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria. A herança cultural dos povos vindos da África é perceptível na culinária, música e no caldeirão religioso brasileiro. Destacam-se os condimentos “picantes” das religiões de matrizes africanas, que organizam-se enquanto comunidade de fé através das tradições orais, mostrando, como nunca, uma vivacidade. Nas palavras de Roger Bastide: “As seitas religiosas, células africanas inseridas no tecido social da sociedade brasileira, não são células esclerosadas, moribundas, mas, células vivas”.<sup>88</sup>

Os Textos Sagrados, nessas religiões, estão nas pessoas, pois antes da capacidade de escrever, o homem já possuía a capacidade falar, Amadou Hampat Ba, num discurso em 1960, na UNESCO, dissera: “Na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima”.<sup>89</sup>

---

*oral*. Belo Horizonte. Fale. UFGM. 2006.

<sup>86</sup> SANTOS, Marcos Ferreira. A Sacralidade do Texto. Diálogos. N.35, p 16., 2004.

<sup>87</sup> SANTOS, 2004, p. 17.

<sup>88</sup> BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. Ed. USP, 1960. P.307.

<sup>89</sup> Amadou HampatBa foi um proeminente escritor malinês, mestre na tradição oral africana. Amadou contribuiu significativamente para o estudo das tradições orais na África.

As religiões afro-brasileiras herdam tal concepção de Textos Sagrados e embora sejam diversas as denominações, em sua maioria, trazem certas peculiaridades: Não possuem marcos de origem, não têm mito de fundação, integração homem-natureza e visão cíclica do tempo.

A visão cíclica do tempo favorece a tradição oral em sua teologia. Não há uma espera escatológica ou prenúncios de um fim do mundo, como acontece na maioria das religiões que possuem uma concepção linear do tempo. A importância da Tradição oral para as religiões afro-brasileira é inestimável. Por ela que, as comunidades negras, perseguidas por suas praticas de culto retiravam forças para continuar sonhando com a liberdade.

As religiões grafadas veem no sincretismo uma perda da identidade do grupo. Embora sociologicamente o sincretismo religioso seja inevitável e essencial para sua preservação. As religiões de matrizes africanas por sua vez são flexíveis em suas doutrinas, aglutinam em seus dogmas várias nuances de diferentes confissões religiosas e abraçam com singular naturalidade essa mistura devido o caráter “líquido” das tradições orais. A Umbanda é um exemplo típico de sincretismo religioso. Em seu mosaico de crenças nota-se as influências católicas, a pajelança indígena, as doutrinas kardecistas e as do candomblé.

### 2.2.2 Tradição oral indígena

A tarefa de falar sobre as tradições orais indígenas no Brasil não é nada fácil, devido a quantidade de etnias e idiomas que existem em nosso país. Estima-se que existem cerca de 180 línguas nativas faladas, todas com suas tradições e peculiaridades. Sem mencionarmos os seis mil idiomas que se perderam com o tempo devido o descaso e a intolerância dos colonizadores.

Apesar de haver tradições indígenas que desde os primórdios possuíam escrita como forma de preservação da cultura e identidade da tribo como os povos astecas e os maias no México e Guatemala, os Sateré-Mawé no baixo Amazonas Brasil que desenvolveram uma forma rudimentar de gravar sua história no *porantim*<sup>90</sup>; os saberes milenares dos povos nativos em sua maioria foram e são

---

<sup>90</sup> O *Porantim* é uma espécie de remo talhado em pau-ferro onde estão gravados desenhos e figuras que representam simbolicamente um conjunto de mitos e histórias, com informações sobre as origens da tribo Sateré-mawé no baixo amazonas. Os desenhos do Porantim têm valor mnemônico, isto é,

transmitidos de geração a geração por aquilo que o historiador francês Jacques LeGoff chama de memória oral.

Pela tradição oral os nativos preservaram a taxionomia dos alimentos em “*brabos*” e comestíveis, entenderam os ciclos da terra para plantação e conservaram a linguagem, mantendo “incólumes” suas tradições e mitos, cômnicos que “a escrita é uma coisa, e o saber outra. A escrita é apenas uma fotografia do saber mas não o saber em si”.<sup>91</sup> Apesar de alguns setores da mídia em certos momentos apresentar as religiões indígenas com ingênua e desprovida de sentido, engana-se quem assim o pensa, pois “a estrutura das religiões indígenas é sólida e muito bem elaborada, permitindo o equilíbrio do homem com o meio intra e extra psíquico”.<sup>92</sup> No centro das religiões indígenas está a solidariedade e a partilha generosa do respeito à natureza.

Os Textos Sagrados dessas religiões a exemplo das tradições afro-brasileiras são orais e contam sobre a origem de tudo, dos homens, vida, morte e como cultivar a terra. As tradições orais indígenas não fazem rupturas entre Sagrado e Profano. Ambos estão tão imbricados que, separá-los é impossível. Os vários mitos das tribos são revividos em rituais de danças e cânticos que marcam os ciclos da existência da tribo.

### 2.3 Textos escritos

Desde a Pré-história, antes da invenção da escrita moderna e o domínio da fala, o homem sempre teve a necessidade de imprimir suas percepções sobre a vida e a morte. As pinturas rupestres, embora não sejam consideradas escritas devido o seu caráter aleatório, revelam-nos essa façanha dos primitivos ancestrais. De certo modo, a evolução da humanidade é a evolução da escrita. Justamente por ser humana, a religião não fica alheia a isso, pelo contrário, acompanha esse desenvolvimento.

---

ajudam a memória, da mesma forma que as figuras em objetos de artesanato de muitos grupos. Os antigos ainda conseguem ler a gravuras do *porantim*.

<sup>91</sup>HAMPATÉ BÂ, A. “A tradição viva”. História Geral da África. Vol. I. São Paulo: Ática-Unesco, 1980, p. 181.

<sup>92</sup>O Fenômeno Religioso nas tradições religiosas. II Tradições religiosas indígenas afro-brasileiras ASSINTEC/SME de Curitiba 2007, p.5.

Os *hieróglifos*<sup>93</sup> da cultura egípcia é um exemplo de como os homens sempre sentiram necessidade de grafarem suas experiências com o transcendente. “Naquela civilização, a escrita estava estritamente ligada aos registros de rituais sagrados, colheitas, estações e movimento de cheia e vazante do Nilo”.<sup>94</sup>

A escrita, faz de tal modo parte da nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. (...) Vivemos nos séculos da civilização da escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substitui a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a **religião escrita se seguiu à tradição lendária. E, sobretudo não existe história que não se funde sobre textos**<sup>95</sup> (Negrito nosso)

As tradições religiosas que guardam suas experiências com o transcendente de maneira grafada e organizam sua religiosidade a partir disso, são chamadas de Religião do Livro. Os textos escritos são frutos de um longo processo histórico resultado da atualização constante da dialética pergunta-resposta que atendiam as necessidades e inquietações do homem concernente ao sentido da vida e da morte.

O que inicialmente eram apenas estórias contadas, textos orais, com o tempo, foram grafadas e agrupadas e com isso “criam mecanismos de unidade e de identidade do grupo de seguidores, de modo a assegurar que os ensinamentos sejam consolidados e transmitidos às novas gerações e novos adeptos”.<sup>96</sup> Diferente das comunidades religiosas de tradição oral que se organizam a partir da palavra enquanto falada, as comunidade do livro têm na leitura dos textos o seu valor máximo de coesão e identidade.

### 2.3.1 Judaísmo e Tanak

O termo Judaísmo deriva-se da palavra hebraica Judá e refere-se ao sistema de crenças e práticas religiosas monoteístas do povo Judeu ou israelitas. O Judaísmo é uma religião revelada e é a mais antiga religião abraâmica<sup>97</sup> do mundo. Contudo, é

---

<sup>93</sup> *Hieróglifos* é a junção de duas palavras gregas *hieros* “sagrados” e *gyphein*, “gravar”, significado por ser gravuras sagradas. Essas gravuras eram consideradas pelos egípcios, segundo Eduardo de Castro Gomes, como fala dos deuses.

<sup>94</sup> GOMES, Eduardo de Castro. A escrita na história da humanidade. Manaus: Ufam, 2007, p.7-8.

<sup>95</sup> GOMES, 2007 apud HIGOUNET, 2003, p.02.

<sup>96</sup> NEUENFELDT, Elaine. Textos sagrados no Ensino Religioso. São Leopoldo. RS. Editora. EST, 2010.p.2

<sup>97</sup> As religiões abraâmica são religiões que acreditam na existência de um único Deus, portanto são monoteístas e suas origens é reconhecida em Abraão, daí o nome. As três maiores e mais conhecidas religiões abraâmica são: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Uma das peculiaridades dessas religiões

a menor religião entre as três abraâmicas (ver nota). Possui entre doze a quinze milhões de seguidores em todo o mundo.

As origens das crenças judaicas remontam ao pacto feito entre uma divindade chamada Javé a Abraão. Um habitante da caldeia que fora chamado para ser a gênese de uma nação escolhida e abençoar as demais nações da terra segundo o relato das escrituras sagradas do judaísmo. O Texto Sagrado dos Judeus é a Tanak, escrito inicialmente em hebraico antigo e pela adoção que o Cristianismo faz dessas escrituras é conhecido popularmente no ocidente por Antigo Testamento. Nos escritos judaicos Javé é o criador dos céus e da terra; um Deus zeloso que abomina a idolatria e exige devoção irrestrita dos fieis.

A Tanak conta a história do povo hebreu desde a imigração na palestina até os últimos séculos antes da chamada era cristã. Contém o relato da criação do mundo (Cosmogonia) e da raça humana (Antropogonia) sobre a relação conflituosa entre os judeus e a sua divindade. Os textos da Tanack, a exemplo de outros, antes de serem escritos, inicialmente eram transmitidos oralmente como sugere o biblicista alemão Rendtorff:

As histórias vivas e coloridas dos patriarcas, p. ex., foram, com certeza, contadas e recontadas através de muitas gerações antes de serem fixadas por escrito. Neste transcurso, naturalmente, também alteraram, amiúde, suas formas, acederam-se novos traços característicos e outros perderam sua importância para uma geração nova.<sup>98</sup>

Talvez, nenhuma religião no mundo tenha sofrido tantas mudanças como a judaica. Devido aos exílios e sucessivas imigrações da nação israelita, a religião judaica absorveu costumes e práticas das nações com quem se relacionavam, como egípcios, babilônicos, persas, etc, sendo isso fator preponderante para sua atual configuração.

### 2.3.2 Cristianismo e a Bíblia

O cristianismo diz ser a religião fundada por Jesus Cristo há mais de dois mil anos em Israel e também faz parte das religiões abraâmicas. A Bíblia, texto santo para os cristãos católicos e protestantes é o livro mais conhecido e mais vendido de todos os tempos; “produto do mundo oriental antigo; moldou, porém, o mundo

---

é crença de que a vontade de Deus pode ser alcançada mediante a leitura dos Textos Sagrados que fora revelado por ele.

<sup>98</sup> RENDTORFF, Rolf. A Formação do Antigo Testamento. 5. Ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998; p.8.

ocidental moderno”<sup>99</sup>. A influência da Bíblia se faz notória na literatura, nas artes e na filosofia. Mesmo aqueles que não professam uma crença no sobrenatural defendem sua inclusão na educação como patrimônio universal. Prova disso fora o reconhecimento do famoso ateu Richard Dawkins, “certamente a ignorância em relação à Bíblia empobrece o apreço à literatura”<sup>100</sup>.

O nome Bíblia em português deriva do grego *ta Biblia*, e significa os livros. Nome apropriado, pois a Bíblia não é um livro, e sim uma coleção de textos de vários estilos e autores, “há poesias, textos legais, oráculos, ditos sapienciais, cartas, narrativas e textos apocalípticos criando um agrupamento multiforme de gêneros literários”.<sup>101</sup> A Bíblia é dividida em duas partes, a saber, Antigo Testamento e Novo Testamento.

O Antigo Testamento, a primeira parte da Bíblia é a mesma Tanak dos judeus, mudando apenas quanto aos nomes e as divisões dos livros. O cristianismo primevo, por ser, em sua maioria, formado por judeus, empresta do judaísmo a esperança messiânica e vê em Jesus Cristo o messias prometido no Antigo Testamento para o povo judeu. Posteriormente municiado pelo “universalismo do império Romano”,<sup>102</sup> Jesus passa a ser o messias universal que assumiu forma humana no *Kairos*<sup>103</sup> divino. Sobre isso assevera Johan Konings:

O Antigo Testamento não foi simplesmente substituído pelo novo. O Cristianismo conservou o Antigo Testamento, não o jogou fora. Por isso, é chamado hoje em dia de “primeiro testamento”, a aliança de Deus com Israel, **Aliança ampliada por Jesus para todos os povos.**<sup>104</sup> (Negrito nosso)

O Novo Testamento, a segunda parte da Bíblia cristã, foi escrito em grego Koinê, idioma vulgar no império romano. É o anúncio da vinda e das obras do Messias e, no processo de coleção, seleção e até mesmo atualização, foram canonizados pelos padres da Igreja. É a partir da leitura da Bíblia que os cristãos

---

<sup>99</sup> GEISLER, Norman. NIX, Willian. Introdução Bíblica. Como a Bíblia chegou até nós. São Paulo.SP. Ed. Vida. 1997, p.6.

<sup>100</sup> DAWKINS, p. 349.

<sup>101</sup> ZABATIERO, Paulo Tavares. LEONEL, João. Bíblia literatura e linguagem. São Paulo. Paulus. 2011. P.19.

<sup>102</sup> TILLICH, Paul. História do Pensamento cristão. São Paulo: ASTE, 2000; p.25.

<sup>103</sup> Segundo o Paul Tillich na obra supracitada o idioma grego do primeiro século possuía dois vocábulos para designar o tempo. *Chonos* e *Kairos*. O primeiro vocábulo refere-se ao tempo mensurável de onde vem a palavra cronológico. O segundo vocábulo refere-se não ao tempo quantitativo, mais sim ao qualitativo, tempo certo, ocasião certa.

<sup>104</sup> KONINGS, Johan. *A palavra se fez livro*. São Paulo: Loyola, 2002 (2ª ed.). p. 16.

formulam suas confissões de fé. Para a maioria dos cristãos, a Bíblia é um livro atemporal detentora da imutável revelação de Deus. Não é anormal encontrarmos cristãos que usem o termo “suficiência das Escrituras” para exprimir a imparidade e atualidade da Bíblia.

### 2.3.3 Islamismo e o Alcorão

O Islamismo é a religião que teve origem na Arábia e que traz em si elementos constitutivos do Judaísmo e do Cristianismo. A religião foi fundada pelo profeta Maomé, considerado pelos seus seguidores o último grande profeta enviado ao mundo de uma série, que começa por Abraão, Moisés, e Jesus. Para os fiéis, o islamismo não é uma mera compilação das tradições judaico-cristãs. É a atualização cabal do Judaísmo e Cristianismo, sendo essas religiões relegadas à inocuidade.

O Islamismo prega a fé na verdadeira revelação da divindade, a saber, Alá. Atualmente, o Islamismo é a segunda maior religião do mundo e uma das que mais crescem por todo o planeta. Além disso, “as grandes levas de imigrantes asiáticos e africanos o transformaram também na maior religião de minorias étnicas na Europa”.<sup>105</sup>

O termo “islã” deriva-se do árabe e significa “submissão”, sugerindo a total entrega irrestrita do homem à vontade de Alá. O Islã está dividido em duas principais denominações, sunitas e xiitas e a exemplo das demais religiões abraâmicas, preconiza a escrita e a leitura. O Livro Sagrado para os muçumanos é o Alcorão, que vem do árabe *Quran* e significa ler. Na crença muçulmana, o Alcorão foi revelado por Alá através do anjo Gabriel. É escrito em árabe clássico e divide-se em 114 *Suras* (capítulos).

O conteúdo do Alcorão é de linguagem simples e compreensível, composto essencialmente por ditos morais e regras espirituais a serem observadas, bem como o fim escatológico onde Alá recompensará os que foram fiéis e condenará os infiéis. A leitura do Alcorão, nas comunidades de fé é literal, fator decisivo para construção e coesão da identidade dos povos islâmicos.

### 2.3.4 Hinduísmo e os vedas.

---

<sup>105</sup>HELLERN, Victor. GAARDER, Jostein. NOTAKER, Henry. *O Livro das Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 7 ed. p.127.

O Hinduísmo é concomitantemente um sistema de variadas crenças. Filosofia de vida e valores culturais surgidos na Índia entre 1500 a.C a 200 a.C, o que a torna uma das mais antigas religiões do mundo. Atualmente, o Hinduísmo é a terceira maior religião do mundo. O termo hinduísta, do persa *hindu*, significa indiano. Ao contrário das outras grandes religiões mundiais que remontam sua origem a partir de uma pessoa, o Hinduísmo não possui um fundador específico e a exemplo do Budismo, é uma religião de iluminação.

Ao longo do tempo o hinduísmo se adaptou de diversas maneiras e modos de pensar a religião. Por não ter um credo específico, abriga um cipoal de crenças indissociavelmente ligadas à cultura hinduísta e à religião Hindu.

Apesar de sua complexidade, ainda se pode experimentar o hinduísmo como um todo. Assim, ele já foi comparado a uma floresta tropical, onde várias camadas de animais e de plantas se desenvolvem num grande meio ambiente<sup>106</sup>.

Definir que tipo de religião o hinduísmo é a partir do seu conceito de divindade é muito complexo. A tradição Hindu foge a definições simplórias e consegue abarcar várias definições do Sagrado sem ser necessariamente excludente com as demais. Alguns historiadores das religiões dizem que o Hinduísmo não é uma religião, mas religiões que nasceram na Índia ao longo dos séculos, ou seja, um grupo “seitas tão diferentes a ponto de serem monoteístas, politeístas ou panteístas – e ainda assim integrarem a mesma religião”.<sup>107</sup> Com toda essa diversidade de seitas, todas convivem pacificamente e “tomam banho no mesmo rio sagrado.”<sup>108</sup>

Os Textos Sagrados das tradições hindus são diversos. O mais antigo deles é os vedas, uma coleção de quatro livros escritos em sânscrito que remonta ao ano 1500 a.C. Inicialmente os vedas eram apenas tradição oral passada de geração a geração. Para alguns historiadores, os vedas é o mais antigo Texto Sagrado das religiões. O conteúdo dos vedas é diverso quanto ao estilo e o conteúdo dos textos, cantos, mantras e orações.

Os vedas consistem de vários tipos de textos, todos datando aos tempos antigos. O núcleo é formado pelos Mantras que representam hinos, orações, encantamentos, mágicas e fórmulas rituais, encantos etc. Os hinos e orações são endereçados a uma grande quantidade de deuses (e algumas deusas), dos quais importantes membros são Rudra, Varuna, Indra, Agni etc. Os

<sup>106</sup> HELLERN, 2000, p.42.

<sup>107</sup> SANTORO, Andréx. SARTORELLI, André Victor. Os Vedas: Um livro aberto. Super Interessante, São Paulo. Ed.254

<sup>108</sup>Referência ao Rio Ganges, águas sagradas para os Hindus.

mantras são suplementados por textos relativos aos rituais sacrificiais nos quais esses mantras são utilizados e também textos explorando os aspectos filosóficos da tradição ritual, narrativas etc.<sup>109</sup>

Os hindus consideram os vedas como escritos eternos portadores de verdades atemporais que foram confiados aos sábios e que explicam ao mesmo tempo, a diversidade e unidade da religião hinduista. Apesar dos vedas ser o mais antigo livro Hindu, é o BhagavadGita a mais popular e acessível escritura do hinduísmo. A essência do BhagavadGita é o diálogo filosófico e teológico entre a divindade Krishna<sup>110</sup> e Arjuna. O Hinduísmo é conhecido popularmente como a religião da ‘vaca’, animal que é considerado a mais pura criatura e os seus derivados como leite e manteiga são utilizados em cerimônias de purificação. Os hinduístas têm outros animais como sagrado: crocodilo, macacos e etc. Por isso, grande parte dos praticantes das tradições Hinduístas primam pelo vegetarianismo.

No próximo capítulo faremos uma concisa análise sobre a inviabilidade da instrumentalização dessas tradições orais em aulas de ensino religioso.

---

<sup>109</sup><http://pt.wikipedia.org/wiki/Vedas>. Consultado em 14.06.2013 as 14:47.

<sup>110</sup>Krishna, em certas tradições teológicas hinduista é a encarnação de Vishnu, e segundo o Bhagavata Purana, Krishna é a forma superior de Deus no panteão hindu.

### 3. O USO DE TEXTOS SAGRADOS NO ENSINO RELIGIOSO. IMPASSES

Seguindo o tema proposto da dissertação, nesse capítulo, exporemos os impasses<sup>111</sup> oriundos da utilização dos Textos Sagrados em aulas de ER que conforme os parâmetros da LDB, têm que ser ministrado de forma laica e não proselitista. É mister dizer que o capítulo não tenciona discutir a inviabilidade do ER. Acredito que na introdução nos posicionamos em relação a isso de forma inequívoca. Discutiremos, sim, a instrumentalização de Textos Sagrados em salas de aula como fonte normalizadora de valores morais e éticos.

Todos que defendem a utilização de Textos Sagrados em sala de aula partem da premissa de que essas são fontes inesgotáveis de valores atemporais, que podem ser aplicadas em diversas realidades. Verificaremos até que ponto isso é verdade, pois como acervo literário e cultural, os Textos Sagrados não pertencem exclusivamente às religiões, embora essas reivindiquem exclusividade sobre eles. Por isso a escola deve apresentá-los aos alunos.

Dentre vários fatores que inviabilizam a utilização de Textos Sagrados, abordaremos o seletivismo e exclusivismo das religiões, o aumento dos neo-evangélicos<sup>112</sup>; a influência do Catolicismo Romano no ER e a crescente onda de fundamentalismo em várias confissões religiosas. O despreparo de alguns docentes indiscutivelmente figura-se de forma patente quando questionamos a viabilidade da utilização de tais textos. A leitura tende a ser de forma literal e quase sempre esconde pressupostos proselitistas na ótica judaico cristã.

O laicismo do estado brasileiro não pode deixar de ser abordado ao enumerarmos os impasses na utilização de Textos Sagrados. Um estado laico deve manter-se equidistante de quaisquer predileções de práticas religiosas. Existem frentes que, se apoiando nos pressupostos do estado laico, acham aviltante o ER em salas de aula e ultrajante o uso de textos religiosos no ambiente escolar.

---

<sup>111</sup> Segundo o dicionário online Priberam, uma das acepções de impasse é: Situação que impede ou dificulta ou impossibilita algo. Nessa capítulo optamos por tal definição disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=impasse> acessado dia. 18.06.13 as 00:56.

<sup>112</sup> Nesta dissertação o termo evangélico é o lato para o protestante, o não católico, sem discutir as nuances doutrinárias das diversas denominações no Brasil ou a etimologia do termo em apreço. Ao dizermos neo-evangélicos, usamos o termo como sinônimo para o neo-pentecostal (Mariano, 1995). O neo-pentecostalismo fora um movimento surgido no seio do pentecostalismo, e tem se popularizado por todo o Brasil; doutrinariamente afasta-se do chamado pentecostalismo clássico e das tradições reformadas, enfatizam a prosperidade financeira e não dialogam com nenhuma outra denominação. Os evangélicos cresceram de forma vertiginosa nos últimos anos, 61,45%, ou seja mais de 42,3 milhões de fieis em todo o Brasil; país majoritariamente católico.

### 3.1 Seletivismo e exclusivismo religioso

Os Textos Sagrados das religiões possuem, em seu bojo, doutrinas abrangentes<sup>113</sup> que abarcam a vida do fiel como um todo, ditando muitas vezes desde os costumes alimentícios a padrões comportamentais. As doutrinas abrangentes oriundas dos Textos Sagrados fornecem ‘certezas’ que norteiam a vida dos comungantes e facilita o relacionamento com o Sagrado. As ditas perguntas existenciais são respondidas, como os contatos com relatos esposados nos textos.

A partir da leitura das escrituras, ou do ouvir um relato Sagrado a ligação do homem com o transcendente, não obstante a abscondicidade do mesmo; é possível, todavia para os fiéis a abscondicidade do Sagrado pouco importa e fazem coro com a raposa do pequeno príncipe, o “essencial é invisível aos olhos”<sup>114</sup>.

A relação divindade-texto encontra-se sedimentado de tal forma que a separação de ambos só é possível dentro de um espaço “metodológico acadêmico. No cotidiano das pessoas, essas duas dimensões [...] se encontram tão essencialmente imbricadas que, separá-las, seria destruir a ambas”<sup>115</sup>. Sobre a relação divindade-texto, Johan Konings, usando o exemplo do Cristianismo, diz que “Jesus de Nazaré é inseparável dos escritos que falam por Ele. Por isso, chamam-se Sagradas Escrituras”<sup>116</sup>. Acreditamos que a fala de Konings pode ser aplicada também em outros exemplos religiosos.

Quando falamos que os Textos Sagrados facilitam a relação do homem com o transcendente, daí a pergunta: Que nome dar ao transcendente em sala de aula? Uma vez que, ao falar da existência de um único Deus ou de vários deuses seria, em tese, um proselitismo. Haja vista que a crença em Deus ou deuses é uma questão de fórum íntimo. Seria possível fazer uso dos textos sem se prender em malhas teológicas?

A maioria das religiões, salvo algumas pequenas exceções, está disposta a considerar suas tradições meramente como uma questão cultural. Relegá-las a determinado período histórico, devido a inúmeros fatores é algo impensável para os fiéis. Por isso não há coesão nem mesmo entre as mesmas confissões religiosas. Isso

---

<sup>113</sup> Doutrinas abrangentes entendemos que sejam doutrinas filosóficas, morais, religiosas ou seculares que abrangem a vida inteira dos indivíduos: os homens as utilizam para compreender as suas próprias vidas. <http://projetoofilosofia.blogspot.com.br/2009/01/as-restrics-da-razo-pblica-em-rawls-e.html>. Acessado as 14.41. dia 15.10.10.

<sup>114</sup> EXUPÉRY, Antoine de Saint. O pequeno príncipe. AGIR. 2004

<sup>115</sup> Hartmann, 2001, p.2.

<sup>116</sup> Konings, 2002, p.12

explica, em partes a proliferação de seitas. Essa exacerbação de dogmas religiosos em detrimento a outros é chamado de fundamentalismo religioso. Sobre isso elucidado Leonardo Boff:

Não é uma doutrina. Mas uma forma de interpretar e viver a doutrina. É a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. Sendo assim, imediatamente surge um problema de graves consequências: quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade e seu destino é a intolerância. E a intolerância gera o desprezo do outro e o desprezo, a agressividade, e a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado. Irrompem guerras religiosas, violentíssimas, com incontáveis vítimas.<sup>117</sup>

Devido a relação divindade-texto admitir que um Texto Sagrado é um entre vários, é em si admitir a existência de vários deuses, coisa impensável para os fundamentalistas, Nem mesmo a maioria dos professores brasileiros estão aptos a admitirem isso. A concepção de “verdade”, na maioria das religiões, é absoluta, ou seja, divina. Prova disso são os conflitos armados entre religiosos, muçulmanos e cristãos que guerreiam na Nigéria. Muçulmanos matam muçulmanos no Afeganistão; cristãos matam cristãos na Irlanda. Destarte, as religiões são seletivas e exigem exclusivismo dos seus fiéis, que por sua vez, se envolvem em campanhas proselitistas. Isso inviabiliza cabalmente o uso de Textos Sagrados em salas de aula.

Alguns professores, ao passarem pelo processo seletivo para lecionarem no ER, veem nesse fato uma oportunidade proporcionada pela divindade para disseminar a mensagem entre aqueles que não conhecem.

### 3.1.1 Aumento dos neoevangélicos

O Brasil não possui conflitos armados entre religiosos, entretanto, seria um ledor enganar pensar que na “*Terra de Santa Cruz*”<sup>118</sup>, todos os credos convivem pacificamente chamando uns aos outros de irmãos. Uma rápida olhada nos diálogos dos praticantes de uma determinada religião ou até mesmo na programação religiosa das emissoras, veremos nitidamente o digladiar de várias religiões.

A disputa pela verdade por parte das religiões é acirrada. Exemplo disso são as novas denominações evangélicas que crescem de maneira célere por todo o país. Herdeiras de um certo modo da reforma do século XVI, todavia diferente dessa em

---

<sup>117</sup> Disponível em <http://leonardoboff.com/site/lboff.htm>, acessado em 10.07.13 as 09.28

<sup>118</sup> Segundo nome dado ao Brasil pelos colonizadores portugueses.

várias questões, os neoevangélicos empenham-se descomedidamente em submeter a sociedade como um todo ao crivo do seu dogma religioso. E não escondem a ojeriza e demonização da cultura e das congêneres, ao mesmo tempo que mescla diferentes matrizes religiosas em seu bojo. Muitas igrejas evangélicas se recusaram a ver nesse novo arranjo protestante laço de irmandade. Alguns sociólogos vaticinam o surgimento de uma nova religião:

Quem assiste a uma reunião numa dessas novas igrejas [...] dificilmente reconheceria, na forma ou no conteúdo, alguma semelhança com as tradicionais igrejas protestantes que aportaram por aqui na segunda metade do século passado. Há, inclusive, aqueles que negam qualquer parentesco entre os novos pentecostais e os antigos protestantes. Esse parentesco, no entanto, existe em muitos aspectos e, também, foi rompido em muitos outros. As diferenças e semelhanças são encontradas tanto na forma quanto no conteúdo dos cultos e do *modus operandi* dessas igrejas.<sup>119</sup>

Os neoevangélicos são chamados pela maioria dos estudiosos de neopentecostalismo a partir da publicação do livro de Ricardo Mariano: Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Ed. Loyla. Os neoevangélicos foi o seguimento religioso que mais cresceu nos últimos anos. Estima-se que o aumento foi de 61,4% no último decênio.

O Perfil dos neoevangélicos brasileiros, na maioria é antiecumumênico, anticatólico que vai dos chutes à santa<sup>120</sup>, a eleição do papa como a besta apocalíptica, presa a uma interpretação literal das escrituras. Por isso não é anormal a proliferação de novas igrejas que deblateram com as suas congêneres por questões doutrinárias. E esses debates têm como base a interpretação da Bíblia. Cada uma advoga a correta hermenêutica partejadora da sua doutrina.

Não é preciso habilidades em estatistas para entender que o aumento desse segmento evangélico significa também o aumento do número de alunos que organizam sua espiritualidade à luz dessas confrarias cristãs. Se a intenção é dominar o país, o âmbito educacional não fica fora de cogitação. Escolas confessionais e professores catequizadores se proliferam de maneira célere por todo o país e muitos desses, ferindo o Artigo 33 da LDB.

Os neoevangélicos brasileiros entendem que, se um livro deva ser usado em

---

<sup>119</sup> ABUMANSSUR, EDINSUED. HERANÇAS E RUPTURAS NA RELIGIOSIDADE NEOPENTECOSTAL. PUC/SP. 1998, p.2.

<sup>120</sup> Chute a santa fora a acunha dada pelo brasileiros ao episódio ocorrido em 1995, quando pastor da Universal do Reio de Deus chutou uma imagem católica.

sala de aula, sem dúvida deve ser a “Bíblia dos crentes”<sup>121</sup>, pois concebem apenas essa como regra de fé. Portanto outros livros ou tradição religiosa está relegado a inocuidade. Exemplo disso foi o ocorrido na escola estadual Senador João Bosco Ramos de Lima na cidade de Manaus, quando um grupo de alunos incentivados pelos pais e líderes espirituais se recusaram a fazer um trabalho sobre a cultura afro-brasileira. Acampando em frente à escola, fizeram um trabalho alternativo sobre “Missões na África”, orientados por pais e por pastores.<sup>122</sup>

Embora os neoevangélicos sejam maioria e possuam maior visibilidade midiática devido o uso dos meios de comunicações em massa; não podemos reduzir todas as tradições protestantes à moda neoevangélica. Existem denominações abertas ao diálogo religioso e com leituras mais arejadas da Bíblia. Pelas razões supracitadas, afirmamos que o aumento nos neoevangélicos é um impasse na utilização de Textos Sagrados em salas de aula.

### 3.1.2 Influência catequética católico-romana

Como já foi mencionado no primeiro capítulo da dissertação, por muitos anos o ER que se praticava no Brasil era o ensino da religião católica chamado de catequético. Desde o Brasil colônia até o período republicano, a influência católica romana fez-se presente nas configurações do ER e não há como negar a importância do catolicismo na educação brasileira. Por toda a nação milhares de crianças do ensino fundamental e médio, apesar das asseverações de Richard Dawkins<sup>123</sup>, definem-se religiosamente como católicas.

A história do Brasil, por assim dizer, esta amalgamada aos costumes, crenças e maneiras do catolicismo. A polêmica concordata assinada entre o Brasil e o Vaticano reconhece a importância do patrimônio cultural católico para o

---

<sup>121</sup> Ao citar Bíblia dos crentes não estamos dizendo que exista duas Bíblias, embora algumas pessoas assim o pense; usamos uma expressão comum nas tradições teológicas populares entre católicos e evangélicos brasileiros. Devido a inclusão de setes livros no concílio de Trento em 1546, chamado pelos católicos de deuterocanônicos, (segundo Cânon) e pejorativamente pelos evangélicos de apócrifos, embora o termo apócrifo não possua uma conotação depreciativa, o termo vem do grego e significa apenas escondido. Os evangélicos dizem que a Bíblia católica é adulterada, por ter sete livros a mais. os católicos por sua vez diz que Bíblia dos evangélicos é incompleta.

<sup>122</sup> [http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espiritismo\\_0\\_808119201.html](http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espiritismo_0_808119201.html). Acessado as 09:22, do dia 21.12.13.

<sup>123</sup> Richard Dawkins no livro “Deus um Delírio” Cia das Letras. 2006; faz severas críticas falar em crianças cristãs católica seria o mesmo absurdo que falar de crianças neoliberais. “Não existe crianças cristã: só filhos de pais cristãos. Use todas as oportunidade para marcar essa posição”. P.13.

fortalecimento do patrimônio cultural nacional, legitimando o caráter intercambiável entre as partes contratantes.

As altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiais, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.<sup>124</sup>

O que o Escritor português José Saramago disse algures sobre Portugal aplica-se ao Brasil. “Todos somos católicos, pois quem não é por prática, nada no caldo cultural do catolicismo”. Por isso, engana-se quem pensa que a influência católica ficou apenas como uma lembrança do passado. Até hoje escolas possuem aulas de religião que ensinam as demais tradições e crenças apenas como história de um povo inculto, e ao falar do catolicismo romano, apresenta-o como a única religião plausível e verossímil.

Pesquisadores da Universidade de Brasília, no livro *Laicidade e Ensino Religioso no Brasil*, Editora UNB / UNESCO, 2010, constataram que, no Brasil, o que se oferece como ER nada mais é do que o ensino da religião cristã, predominantemente de cunho católico. O eco católico no ER brasileiro inviabiliza a utilização de Textos Sagrados em salas de aulas, pois fomenta a discriminação dos demais credos religiosos e fortalece alguns estereótipos como foi elencado pelas pesquisadoras do livro supracitado.

### **3.2. Despreparo docente**

O papel do professor é indiscutível e proeminente no processo ensino-aprendizagem e na construção de uma sociedade equânime. Prova disso é a quantidade de livros, artigos acadêmicos e periódicos em diversas línguas que atestam esse pronunciado.

Para tanto o professor precisa ter não apenas destreza metodológica,

---

<sup>124</sup> DECRETO Nº 7.107, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm). Acessado em 28.06.2013 as 16:55. Fuso de Manaus.

admirável, lastro ético, aspectos admiráveis na profissão docente. É preciso possuir uma sólida formação que possibilite o domínio do conteúdo. Todos os estudiosos da área são unânimes ao afirmarem a necessidade de “constante atualização de conhecimento, que por sua vez está associada às práticas pedagógicas cujo resultado implica na aprendizagem do estudante”.<sup>125</sup>

A formação do Professor em ER é um dos assuntos mais controvertidos no que tange a atual configuração da disciplina como mencionamos de forma preliminar no primeiro capítulo, no item ambiguidades na configuração do ER.

Constateei empiricamente a desinformação sobre o que é docência em ER quando uma aluna do curso de teologia onde lecionei no início da carreira docente, disse-me ao entregar sua dissertação: “Professor agora estou pronta para dar aula de ER”. A fala dessa aluna evidencia um pensamento até então comum no Brasil. A saber, os cursos de teologia cristã credenciavam professores para o ER, ou seja, o professor era um representante de uma determinada denominação religiosa.

Apesar de algumas faculdades no Brasil oferecerem formação em Ciências das Religiões, a maioria dos professores que lecionam ER nas redes públicas e privadas não possuem tal formação. Como subproduto desse despreparo, as abordagens em sala de aula ficam a mercê de referências confessionais. Logo, o uso de Textos Sagrados fica inviabilizado, pois a tendência é que as leituras sejam feitas de forma literal e quase sempre preterindo as demais tradições religiosas.

Posto isto, concluímos que o docente em ER “não se trata, pois, de um teólogo, teóloga ou especialista em sua religião, mas de docentes com graduação específica em ER, considerando que não existe uma teologia aconfessional”.<sup>126</sup>

Por isso urge uma regulamentação que forneça aos professores capacidade de analisar Textos Sagrados para além das obviedades religiosas. Enquanto isso não for realizado a instrumentalização dos textos religiosos no espaço educacional torna-se impossível.

### 3.2.1 Metanoia docente

Apenas o professor com capacidade de dialogar usando diferentes Textos Sagrados com uma postura arejada em suas abordagens religiosas viabilizaria a

---

<sup>125</sup> JUNQUEIRA, LOPES, 2011, p.144.

<sup>126</sup> JUNQUEIRA, LOPES, 2011, p. 148.

instrumentalização de Textos Religiosos em salas de aula. Não se trata apenas de uma formação inicial ou continuada, embora sejam essas de vital importância para o múnus docente. O educador precisa passar por um processo de *metanoia*<sup>127</sup>. De nada vale a formação se o professor ‘professar’, mesmo que de forma latente, conceitos proselitistas.

O grande desafio para efetivação do ER é mudar a maneira de pensar dos educadores, pois alguns veem nas licenciaturas oferecidas de norte a sul do país e nos cursos de formação continuada uma oportunidade para legitimar aquilo que está intrínseco em suas abordagens. Concluimos que:

A formação não constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante e dar um estatuto ao saber da experiência.<sup>128</sup>

A *metanoia* docente não se trata de laicizar os professores ou solapar suas crenças. Acredito que ninguém deva esconder suas preferências religiosas, sem que isso mine e tire o espaço dialógico e construtivo fomentado pelo ER. Entretanto, poucos estão dispostos a relegar suas crenças e tradições religiosas a um nível meramente cultural. Enquanto esse pensamento perdurar nos professores de ER no Brasil, os Textos Sagrados ficam reservados aos espaços devocionais de culto.

### 3.3 Laicidade do País

É preciso antes de tudo dizer que a laicidade não inviabiliza e nem viabiliza o uso de Textos Sagrados em salas de aula, destarte ao usarmos laicidade como inviabilizadora do uso de textos sacros. Referimo-nos a um tipo de laicidade “*tupiniquim*,” incapaz de dar conta de maneira neutra com o pluralismo religioso ou, eu diria uma ‘perversão’ do que seria uma autêntica laicidade, entendida como neutralidade do Estado em relação às práticas religiosas. Aquilo que segundo Zabatiero configura-se como um “laicismo de oportunidades”. É Nesse contexto e com essa concepção que nesse tópico usaremos o termo laicidade.

O Brasil em sua constituição federal se define como um “Estado Democrático

---

<sup>127</sup>Metanoia (do grego antigo μετανοεῖν, translit. *metanoein*: μετά, *metá*, 'além', 'depois'; νοῦς, *nous*, 'pensamento', 'intelecto'), no seu sentido original, significa mudar o próprio pensamento, mudar de ideia.

<sup>128</sup> HOLANDA, 2011 apud NOVOA, 1992, p.25.

destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, bem-estar, desenvolvimento e a igualdade e a justiça”<sup>129</sup> respeitando o pluralismo e assegurando a prática religiosa do indivíduo. As nações que adotam tal postura em relação às religiões são chamados de Estados Laicos ou secular.

O laicismo difere das nações teocráticas<sup>130</sup> e das nações ateias, pois na proporção que não tenciona eliminar a religião dos cidadãos, não promove determinado credo, garantindo ao indivíduo liberdade religiosa, ou seja, o direito de crer e não crer. Antônio José Feu Rosa sintetiza muito bem:

A liberdade religiosa consiste no direito que o indivíduo tem de professar a religião que desejar, de ser ateu, de ser contra toda e qualquer religião. Liberdade de culto e de propaganda religiosa e a liberdade de consciência no que se refere à crença religiosa.<sup>131</sup>

A separação entre Igreja e Estado no Brasil deu-se em 1891 com a Proclamação da República. Até a presente data, o País era confessional ao credo católico. Em termos legais, a laicidade é inequívoca na nação brasileira, entretanto muitos questionam tal premissa. No início do Estado Laico a questão foi simples devido a maioria declarar-se católica e a convivência com o outro quase inexpressivo foi fácil. Porém na contemporaneidade com o pluralismo religioso, a valorização das heranças religiosas mormente as de matrizes africanas e a reivindicação dos direitos dos homoafetivos, o debate acirrou-se. Prova disso é o questionamento devido a presença de crucifixos, dias “santos” e outras atividades cristãs sancionadas e apoiadas pela nação brasileira.

A presença de alguns Textos Sagrados que reivindicam uma heteronormatividade em aulas de ER tendem a fortalecer estereótipos principalmente com os homossexuais, portadores de necessidades especiais e os que não professam religião nenhuma. A inabilidade do sistema educacional em dar conta do complexo e plural fenômeno religioso, fere os postulados de um estado verdadeiramente laico tornando os textos sagrados que por sua vez deveriam ser portadores de “boas novas” um instrumento ideológico heteronormativo que segrega e relega a inocuidade os que pensam diferentes dos seus postulados.

É função do Estado é assegurar ao indivíduo direitos inalienáveis a sua condição telúrica. Nas palavras do Jurista Daniel Sarmiento “A laicidade do Estado,

<sup>129</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado as 17.24 do dia 03.10.13

<sup>130</sup> Nações teocráticas é um sistema de governo, onde varias esferas de atuação politica, submetem-se a um determinado credo religioso.

<sup>131</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado às 17.24

levada a sério, não se esgota na vedação de adoção explícita pelo governo de determinada religião, tampouco na proibição de apoio ou privilégio público a qualquer confissão<sup>132</sup>”. As fronteiras da laicidade alarga-se até o aluno em sala de aula, vedando quaisquer intromissões ideológicas e religiosas. Infelizmente esse tipo de laicismo na prática não acontece. O aluno em sala de aula ainda continua exposto a nocividade de um laicismo incompetente, legalmente bem elaborado, mas praticamente inócuo.

Até que o laicismo no Brasil migre do oportunismo que privilegia as maiorias por motivos discutíveis, para o laicismo de competência que sabe dar conta do heterogêneo cívico moderno, os Textos Sagrados em aulas de ER tendem a ser instrumentos de exclusão e estereótipos segregacionistas. Por isso mesmo evitado de impossibilidade para a promoção de ER epistemologicamente estruturado.

---

<sup>132</sup> SARMENTO, Daniel. Legalização do Aborto e Constituição. In: SARMENTO, Daniel (Org.). Diferentes mas Iguais. Estudos de Direito Constitucional. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 115.

#### **4. O USO DE TEXTOS SAGRADOS NO ENSINO RELIGIOSO - POSSIBILIDADES**

Diferente do terceiro capítulo que pontuou os entraves à utilização dos Textos Sagrados em aulas de ER, esse capítulo tenciona elencar os aspectos inerentes aos textos que possibilitam sua inserção nos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso. Exporemos as possibilidades de inclusão e conhecimento de outra cultura e tradição religiosa que os Textos Sagrados esposam, sem esquecermos dos aspectos éticos e estéticos que as escrituras apontam para todos os seus leitores e não necessariamente aos seguidores de um determinado dogma.

Acreditamos que a falta de abertura e conhecimento e porque não dizermos reconhecimento do “outro” sejam os principais motivos do enrijecimento do fundamentalismo mundial, fazemos coro com Mandela que diz “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.<sup>133</sup>

Os Textos Sagrados relatam a experiência do homem com o transcendente. A escola precisa ser sensível a isso, encaminhando os seus alunos para buscarem suas respostas e não castrando as potencialidades de ninguém.

Nesse capítulo, proporemos também uma lente hermenêutica para docentes lidarem com os Textos Sagrados em salas de aulas. Uma leitura que não se apegue em quirelas reducionistas que fragmenta a condição da existência humana. Para tanto, faremos um breve resumo do desenvolvimento histórico da hermenêutica ao longo dos anos. A fins elucidativos exporemos a hermenêutica dos alemães F. Scheleiermacher e Hans George Gadamer, hermeneutas de grande profundidade e notória expressividade.

A proposta é ir além das obviedades religiosas e valorizar o lado antropológico das tradições religiosas, tornado os Textos Sagrados acessíveis até mesmo àqueles que por razões respeitáveis, alegam não crer no sobrenatural.

A opção em alguns momentos em citar a Bíblia, livro sagrado para os cristãos como exemplo paradigmático, deve-se ao fato da familiaridade que temos com ela, em momento algum assumimos uma postura rotunda e de preconceito com as demais

---

<sup>133</sup><http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/12/08/ninguem-nasce-odiando-outra-pessoa-pela-cor-de-sua-pele/> acessado as 10:14. 21.12.13

tradições religiosas. Acredito que as possibilidades elencadas no capítulo não referem-se apenas à tradição judaico-cristã. Todas estão no mesmo patamar de igualdade.

#### 4.1 Possibilidades de inclusão

Nunca se falou tanto sobre inclusão como nos anos da primeira década do Século XXI. São várias as frentes que se posicionam em prol desse lema. Uma rápida olhada nos discursos governamentais nas propagandas de TV e nas manifestações públicas que varreu a nação brasileira no ano de 2013, o apelo à aceitação e inclusão das minorias é algo recorrente. Da mesma forma, os termos respeito e igualdade são os “abre-alas” de qualquer discurso que se diga democrático, social e/ou humanitário.

Embora as propostas de inclusão na educação não sejam apanágio apenas do ER, esse espaço torna-se propício ao ensinamento e aceitação do diferente. Nesse aspecto, os Textos Sagrados podem ser instrumentalizados nessa proposta.

Que os Textos Sagrados são fatores de coesão e identidade religiosa é indiscutível. Momentos como nascimento e falecimento nas comunidades de fé são tecidos à luz dos ensinamentos desses textos. Diante das incertezas inerentes à condição telúrica, os fiéis recorrem aos mitos que estão ‘vivos’ nos Textos Sagrados para explicarem ou aceitarem suas contingências, fazendo-os crer que é possível superar quaisquer empecilhos.

Entre as funções dos textos sagrados, está também a tentativa de se manter os sonhos e utopias das pessoas. Os textos sagrados fazem com que elas mantenham vivas suas esperanças, seus ideais, acreditando ser possível realizar suas expectativas de construção de uma existência o melhor possível, enfim, de um mundo melhor.<sup>134</sup>

Os Textos Sagrados são ricos em tradições culturais. Por isso é patrimônio da humanidade e é função escolar socializar suas riquezas. O ER trabalharia com os Textos Sagrados não como normalizadores de comportamentos, mas sim como espaço de conhecimento de uma cultura religiosa, tornando a escola um lugar propício ao desenvolvimento do senso moral, respeito ao diferente e equidade.

A explanação sobre os textos não seria dogmatizada, questionando as crenças do alunato e suas doutrinas abrangentes. Fazer conhecer a cultura religiosa do outro, minimizara os estereótipos restritivos. E é um convite a aceitação do diferente, não

---

<sup>134</sup>BIACA, Valmir et al. O sagrado no ensino religioso. SEED – Pr., 2006. -p.42 (Cadernos pedagógicos do ensino fundamental, v.8).

apenas uma tolerância na base da segregação que relega o outro a condição de suportável.

O relato antropogênico do livro de Gênesis<sup>135</sup>, em que se refere ao homem como “*Imago dei*” é um convite a inclusão e um olhar para além das obviedades da religião. Uma fagulha da divindade dentro dos seres humanos independente da sua condição étnica, enobrece o ser terreno em sua busca por melhores condições de vida, em quaisquer aspectos.

#### 4.1.1 Identidade e Alteridade

O contexto escolar brasileiro é plural por excelência, diversas raças, etnias e gêneros que convivem cotidianamente em uma relação muitas vezes, inclusiva, outras vezes excludente. Entretanto, esse ambiente é propício para a afirmação do indivíduo em relação aos outros. O que chamados de identidade, e de igual modo a afirmação do outro que também se constitui em um indivíduo em relação aos demais que o cercam, o que se constitui em alteridade. A relação humana com o diferente é sempre permeada por ambiguidades. Vamos da demonização, como diz Sartre em sua celebre peça “o inferno são os outros”<sup>136</sup> à adoração venerativa de alguns indivíduos. Tudo isso porque, de um certo modo, não sabemos conviver com o diferente.

A experiência de que não somos iguais a ninguém é vivenciada ainda muito cedo de forma universal, sendo primordial para a formação do indivíduo que não se define sozinho.

[...] não é possível entender a pessoa humana isoladamente [...] a descoberta da alteridade, portanto, é antes de tudo a experiência da diferença. Esta é o núcleo central das culturas: a existência das diferenças. A consciência da existência da diferença possibilita à pessoa e à cultura estabelecer, em meio às diversas contradições e conflitos de identidade.<sup>137</sup>

Os Textos Sagrados desempenham um papel preponderante na formação da identidade cultural do indivíduo que segue seus ensinamentos. Embora isso deva ser valorizado, um passo a mais precisa ser dado em reconhecimento à tradição cultural

<sup>135</sup>Primeiro livro no Antigo Testamento, também chamado de Bereshit pelos Judeus. Relata a criação do homem e do mundo.

<sup>136</sup> Sartre, Jean-Paul, 1905 - 1980 Entre quatro paredes . - 4ª ed.. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>137</sup> SANCHES, 2005. P.17.

religiosa do outro, que por sua vez, também foi uma *sine qua non* para sua definição de identidade.

A afirmação da identidade religiosa não necessariamente deve vetar o direito de legitimidade de outras identidades. O uso dos Textos Sagrados pode enriquecer muito o conhecimento sobre o outro, respeitar sua cultura e perceber que todas as religiões buscam o mesmo ideal. Apenas “uma identidade religiosa assim compreendida é capaz de ir ao encontro de outras tradições culturais [...], a relação fundamental com o Sagrado, sempre respeitando a alteridade religiosa em sua irreduzível diferença.”<sup>138</sup>

#### **4.2 A presença do transcendente na história**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso ventila que Textos Sagrados sejam portadores de mensagem do transcendente que pelo processo de revelação fez-se conhecido dos seres humanos. O Transcendente como Sagrado é uma realidade perceptível em diferentes culturas. Estudiosos das diversas áreas das ciências humanas têm atestado isso. Tal fato é designado como fenômeno religioso, ou seja, o anseio dos homens por algo maior do que ele mesmo que o possa arremessá-lo para além das ambiguidades humana.

Os Textos Sagrados relatam essa busca quer sejam grafados em caracteres, quer sejam pinturas de sociedades ágrafas. Todos indistintamente exprimem o desejo que a vida não se esgote nela mesma e que diante do muro da desintegração somatopsíquica haja outra vida. A prodigalidade dos Textos Sagrados em lidar com isso é impar. Inserir esse conhecimento sobre a busca humana enriquecerá o conhecimento dos alunos sobre as respostas que têm sido dadas a perguntas existenciais.

Assim como a filosofia, a ciência tem o direito de dizer sua versão sobre a vida. As religiões também devem fazer conhecido sua versão sobre a existência humana, e não relegar ao alunato o direito de escolher seus próprios caminhos.

---

<sup>138</sup> SALLES, W.; SANTOS, J. A. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 358-377, set./dez. 2010.

#### 4.2.1 O Transcendente como abertura humana

O transcendente não é apenas uma divindade e também não é apanágio apenas dos profetas em alguma religião, embora a maioria das religiões advogue a si a prerrogativa única de proporcionar transcendência aos seres humanos por meio de acesse e orações. Algo notório ao analisarmos os discursos religiosos, é a ênfase dada ao transcendente apenas como metafísica. Usando uma linguagem de São Paulo apóstolo, o transcendente “habita na luz inacessível a quem nenhum dos homens viu nem pode ver”<sup>139</sup>. Agora, será apenas isso?

A transcendência não se esgota apenas em especulações teológicas e filosóficas, é também a abertura que todos os seres humanos possuem de romper barreiras, contestar interditos e não se enquadrar a padrões pré-estabelecidos. Clarifica-nos sobre isso o teólogo Leonardo Boff:

Desbordamos todos os esquemas, nada nos encaixa. Não há sistema militar mais duro, não há nazismo mais feroz, não há repressão eclesiástica mais dogmática que possam enquadrar o ser humano. Sempre sobra alguma coisa nele. E não há sistema social, por mais fechado que seja, que não tenha brechas por onde o ser humano possa entrar, fazendo explodir essa realidade.<sup>140</sup>

O termo torna-se mais compreensível quando definimos o oposto de transcendência, a saber, a imanência. Imanência são as limitações humanas, as contingências inerentes a sua condição telúrica, isso engloba o local de nascimento, a língua a cultura. É dever da escola não apenas valer-se de aspectos imanentes, ou seja, enraizar nos alunos em uma determinada situação histórico-social é lugar propício para fomentar o transcendente, incentivar a descoberta de cada um, emancipar o ser humano sem seu projeto pessoal.

Os Textos Sagrados são sulcados de relatos que mostram como o ser humano ousa romper interditos, quer sejam de ordem humana ou divina na tentativa de conhecer algo a mais. Há uma rebeldia existencial que faz os homens buscarem novas experiências. Exemplos paradigmáticos vão desde o relato de Adão e Eva<sup>141</sup> que ousou saber, experimentar do fruto do bem e mal, abrindo mão da imortalidade

---

<sup>139</sup> Bíblia Sagrada. Sociedade Bíblica do Brasil. Versão Almeida Corrida Fiel. Barueri –SP. 2012.

<sup>140</sup>BOFF, Leonardo. Tempo de transcendência: O ser humano como um projeto infinito. 2. Ed.. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. P.4

<sup>141</sup> Relato Bíblico que relata como o primeiro casal Adão e Eva, desobedeceram a ordem divina e comeram o fruto do bem e do mal, com isso foram expulsos do jardim do Éden.

ao relato dos índios Carajás<sup>142</sup> que ousaram passar pelo portal e ir de encontro à beleza, sendo revestidos da corruptibilidade e fragilidade humana como consequência.

No Brasil, milhares de crianças são submetidas a situações desumanas, relegadas a viver abaixo da linha pobreza tendo os ideais e sonhos castrados ainda em flor. Faltam utopias existenciais. Como subproduto disso, cresce de maneira célere a criminalidade. A criança vê-se condenada à imanência de sua condição financeira e social. A transcendência pode ser ensinada e os Textos Sagrados podem contribuir para a superação de diferentes interditos sendo uma “boa nova” o puro *evangélion* aos espoliados, devolvendo ao ser humano o direito inalienável de lutar. Assim como Davi matou o gigante Golias não obstante a sua pequenez, conforme o relato judaico-cristão, os pequeninos e esquecidos à margem do sistema neoliberal podem enfrentar os seus gigantes e não se acomodarem diante dos muros da segregação financeira.

Não se trata de messianismo ou de práticas taumaturgas. Apenas a apropriação para conscientização de que “não devemos nos deixar enquadrar por ninguém, por papa nenhum, por governo nenhum, por ideologia nenhuma, por revelação nenhuma, por nada no mundo.”<sup>143</sup> O aluno precisa se tornar cômico que é protagonista em um “filme” maravilhoso chamado vida, ser agente consciente de transformação da sua própria história.

### 4.3 Conceito histórico de hermenêutica

O vocábulo hermenêutico foi usado pela primeira vez por Dannhauer em 1654 e deriva do verbo grego *hermeneuin* do substantivo *hermeneia* e significam algo que é “tornado compreensível”. Vários autores relacionam a origem do termo ao deus grego *Hermes*, que além de ser o deus dos marinheiros, tornava acessível à comunicação entre os deuses e os homens. De ambos os modos o que se verifica é que o termo está intimamente ligado com algo compreensível, inteligível. Podemos citar como exemplo o Santo Agostinho de Hipona em sua “*Doctrina christiana*”<sup>144</sup>, que no mundo antigo desenvolveu um método para interpretar passagens obscuras da

---

<sup>142</sup>Leonardo Boff no Livro Tempo de Transcendência, supra referenciado conta o mito de como os índios Carajás passaram a ser mortais, ousaram transcender as ordens proibitivas do criador.

<sup>143</sup>BOFF, 2000; p.12.

<sup>144</sup>Do latim Doutrina cristã.

Bíblia.

A hermenêutica embora não seja intrinsecamente cristã, ao longo da história do cristianismo verifica-se a sua influência nas concepções teológicas e nas formulações e estratificações dos dogmas.

No período do Renascimento e da Reforma Protestante, com o movimento “*ad fontes*”<sup>145</sup>, floresceu o estudo das línguas originais da Bíblia, Hebraico e Grego. Destaca-se os humanistas Reuchlin e Erasmos de Roterdã como propugnadores dos estudos bíblicos nas línguas clássicas. Os reformadores e renascentistas questionavam a interpretação alegórica feita pelos padres e propunham a necessidade de uma ciência que fizesse uma interpretação fidedigna da Bíblia.

Apesar dos auspícios prenunciados pelos propugnadores da Reforma Protestante e a volta as fontes originais das Bíblia, não houve estratificação de uma ciência hermenêutica independente das malhas religiosas no obstante à luta dos reformadores em tirar a tutela interpretativa da mão da igreja católica. O motor que ecoa da reforma “*Sola Scriptura*”<sup>146</sup>, defendia a livre análise do fiel. O que se verifica é que a hermenêutica era uma ferramenta para a teologia e práticas devocionais.

O posicionamento de Lutero teve dois importantes resultados. Primeira multiplicidade de sentidos foi substituída pelo escopo ou foco central do texto, o *sensuliteralis*, que equivale a um “não a interpretação alegórica” em segundo lugar, foi confirmada a prioridade da Palavra em relação a qualquer outra autoridade (o princípio da *sola Scriptura*), isto é, somente as escrituras.<sup>147</sup>

No iluminismo<sup>148</sup> a hermenêutica perpassou os limites teológicos e chegou a outros campos, como o Direito e a Filosofia. A Bíblia passou a ser interpretada como um livro histórico, “em outras palavras, apenas se reconheceu uma hermenêutica geral e rejeitou-se assim a chamada hermenêutica especial que dava a Bíblia um

---

<sup>145</sup> De volta as fontes.

<sup>146</sup> Do Latim Somente a escritura. Princípio reformado segundo o qual a Bíblia é única fonte normativa para a fé do Cristão.

<sup>147</sup> SCHOLZ, Wilson. Princípios de Interpretação Bíblica. Introdução a Hermenêutica com Ênfase em gêneros literários. 1º Ed. Editora Ulbra. 2006. Pg.86

<sup>148</sup> O Iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. O centro das ideias e pensadores Iluministas foi a cidade de Paris. Os iluministas defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado e a liberdade religiosa. Para divulgar o conhecimento, os iluministas idealizaram e concretizaram a ideia da Enciclopédia (impressa entre 1751 e 1780), uma obra composta por 35 volumes, na qual estava resumido todo o conhecimento existente até então. <http://www.infoescola.com/historia/iluminismo/> acessado as 11.56 do dia 25.10.2013.

tratamento diferencial”<sup>149</sup>.

#### 4.3.1 A Hermenêutica em Schleiermacher

Friedrich Schleiermacher<sup>150</sup> fulgura-se como um dos responsáveis por essa concepção moderna e mais abrangente da hermenêutica. A ele é atribuída o projeto de uma hermenêutica geral, ou seja, a hermenêutica deixa “de ser simplesmente uma teoria da exegese de textos para se tornar uma ciência geral da interpretação.”<sup>151</sup> A busca de Schleiermacher por desregionalizar a hermenêutica de saberes distintos (Direito, Filosofia, Teologia, Poesia), a tornou uma ciência autônoma e aplicável em qualquer área do saber, destoando dos seus predecessores Friedrich Ast e August Wolf, que defendiam uma hermenêutica essencialmente técnica, com regras distintas a cada área.

Nas palavras de Abdruschin Schaeffer: “A perspectiva contemporânea da hermenêutica desvestiu-se de sua roupagem sacra e de sua vocação meramente textual, como aqui já se notou, para tornar-se um modo de interpretar o real”<sup>152</sup>. A teoria hermenêutica de Schleiermacher tornou-se procedimento usual nos hermeneutas posteriores.

Schleiermacher, no início do Século XIX, deu à hermenêutica outra importância. Avaliou, a partir da distinção entre os contextos em que a mesma se daria e os métodos científicos que proporcionariam direção objetiva ao entendimento. Era aplicável não só ao conhecimento científico, mas todos os domínios em que fizesse necessária uma compreensibilidade através da palavra. Para Schleiermacher a hermenêutica reduzia-se à técnica da boa interpretação de um texto falado ou escrito.<sup>153</sup>

A hermenêutica em Schleiermacher deixa de ser um estudo filológico com um amontoado de regras e visava chegar à compreensão corretamente do discurso de outrem. Para tanto, defendia ele a possibilidade do intérprete imergir no pensamento

<sup>149</sup>SCHOLZ, 2006. Pg.87.

<sup>150</sup>Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (Breslau 1768 / Berlim 1834), teólogo e filósofo alemão. Filho de um capelão militar, provém da tradição reformada e se educou em escolas moravianas e luteranas. Apreciava a piedade e o estudo do latim, grego e hebraico dos morávios. Schleiermacher é considerado o pai da hermenêutica moderna, para ele a tarefa da hermenêutica era “*entender o discurso também como o autor, e depois melhor que ele*”. Ele tentou apresentar uma teoria coerente sobre o processo de interpretação dos textos, apresentou a teoria da comunicação entre um emissor e um receptor, baseado em um contexto social e linguístico comum. Adicionou à teoria tradicional da interpretação uma dimensão psicológica.

<sup>151</sup> PEREIRA, Viviane Magalhães . A hermenêutica de Schleiermacher e a questão da individualidade. Argumentos, Ano 4, N.º. 8 - 2012

<sup>152</sup> SCHAERFFER; 2010, p.46

<sup>153</sup> SILVA, Elisa. Hans Georg Gadamer e a teoria hermenêutica. Universidade de Cabo Verde. 2010, p.05.

criativo do autor por meio da “congenialidade (teoria da congenialidade = *kongenialitätslehre*), quer dizer, na comum participação do autor e do intérprete na razão universal”<sup>154</sup>. Logo, interpretação é compreensão afim de evitar mal-entendidos.

#### 4.3.2 A Hermenêutica em Gadamer

Ao falarmos sobre hermenêutica moderna, é impossível não passarmos pelo pensamento do profícuo filósofo alemão Hans George Gadamer e sua obra magna “verdade e método”, publicada em 1960. Esse subtópico fará apenas um pequeno recorte focado sobre parte do pensamento hermenêutico de Gadamer não se detendo em aporias, que embora sejam relevantes foge ao fito da dissertação.

A proposta hermenêutica de Gadamer entre “confluências e divergências”<sup>155</sup> foi marcada pelos pensamentos do também filósofo germânico Martin Heidegger e por sua vez, para esses filósofos a hermenêutica deixa de ser metodologia científica e se torna em ontologia do ser humano, abrindo mão do positivismo objetivista presente na teoria hermenêutica de Schleiermacher. Por ser situado historicamente, o ser humano não consegue prescindir de seus preconceitos nos atos interpretativos e os mesmos influenciam o sujeito que interpreta a própria interpretação em si. Logo, “o significado não é inerente ao texto em si, emerge apenas à medida que o intérprete dialoga com o texto”.<sup>156</sup> Portanto:

Um texto (ou um autor ou uma época) que deve ser interpretado chega sempre ao intérprete mediado por uma série de interpretações passadas, que constitui a história dos efeitos ou das determinações (*Wirkungsgeschichte*) o qual determina a pré-compreensão do novo intérprete, na qual por sua vez vai desembocar a nova interpretação.<sup>157</sup>

Apropriando da facticidade das estruturas temporais e históricas próprias do pensamento heideggeriano, a noção de compreender em Gadamer não significa remeter-se a mente do autor, mas levar em conta o processo histórico da interpretação. O horizonte do autor funde-se com o horizonte do leitor. “O significado portanto não é uma substância que habita no texto resultante das

<sup>154</sup> GIBELINE, Rosino. A Teologia do Século XX. Edições Loyola. São Paulo 2002, 2º Ed. Pg.. 58.

<sup>155</sup> MISSAGIA, Juliana. A hermenêutica em Heidegger e Gadamer: Algumas confluências e divergências. PUCRS. 2010.

<sup>156</sup> SHAEFFER, Apud GRENZ 1997, p.22.

<sup>157</sup> GIBELINE, 2002, pg. 64.

pretensões do autor à espera de ser desvendado pelo intérprete”.<sup>158</sup>

A historicidade no processo hermenêutico não possui pretensões universais e a pré-compreensão é fator determinando no processo, “ou seja, compreendemos na medida em que haja elementos no texto que sejam comuns a meu mundo.”

<sup>159</sup>Gadamer era cômico que todos os intérpretes partiam para o texto eivados de pressupostos. Portanto, em vez de renegá-lo “faz-se necessário torná-lo conscientes, pois para ele os pré-conceitos são condição necessária para a própria compreensão.”

<sup>160</sup>

#### 4.4 Uma proposta hermenêutica

Toda narrativa religiosa, por mais que fale sobre deuses e seus feitos miraculosos, o foco principal recai sobre a resposta humana a manifestação ou a percepção desse deus (es). “A experiência religiosa se dá sobre a base de uma experiência humana”,<sup>161</sup> em outras palavras, o “divino” expõe suas razões e feitos e espera uma resposta humana, sem nos esquecermos que a narrativa é feita pelos mesmos homens, que não podem ir além da sua linguagem e condições culturais. A hermenêutica religiosa debruça-se sobre os textos em busca da “verdade”, e a partir dessa fazer a vontade do Sagrado mediante a correta interpretação.

Uma leitura antropológica do texto não busca uma religião com o transcendente, intenta apenas relatar a vida humana bem como suas concepções religiosas, extraindo dessa leitura conhecimento sobre épocas remotas. Os relatos humanos sobre o Sagrado, seguindo a linha de pensamento de Feuerbach são apenas suas aspirações e vontade. Isso torna possível conhecer sobre o homem mediante o conhecimento sobre os seus deuses, ou seja:

Tal como o homem é objeto para si, assim Deus é objeto para ele; tal como o pensa, tal como sente, assim é o seu Deus. Tal o valor que o homem tem, assim o valor - e não mais -.que o seu Deus tem. A consciência de Deus é a consciência de si do homem, o conhecimento de Deus o conhecimento de si do homem. Pelo seu Deus conheces o homem e; vice-versa, pelo homem conheces o seu Deus; é a mesma coisa. O que para o homem é Deus, isso é o seu espírito, a sua alma, e o que para o homem é o seu espírito, a sua alma, o seu coração, isso é o seu Deus: Deus é o interior revelado, o si

<sup>158</sup> SCAEFFER; 2010, p.35

<sup>159</sup> SCHAERFFER; 2010, p.47.

<sup>160</sup> SCHAERFFER; 2010, p.47.

<sup>161</sup> NEUENFELDT; Elaine G. Diálogo entre a leitura popular e a leitura feminista da Bíblia. Estudos Teológicos, v. 45, n. 2, p. 117-128, 2005. P. 119.

mesmo do homem expreso, a religião é o desvendamento festivo dos tesouros.<sup>162</sup>

#### 4.4.1 A igualdade ao invés da discriminação

A declaração universal dos direitos humanos no Artigo I diz: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.<sup>163</sup> Tal declaração é de suma importância, principalmente nos últimos dias quando se acirrou a busca de direitos por parte das mulheres e da comunidade homoafetiva não apenas estes, entretanto, é impossível não admitir a notoriedade das reivindicações desses grupos.

Os Textos Sagrados grafados e algumas tradições orais tendem a fazer uma leitura do fenômeno humano de maneira sexista androcêntrica e em muitas passagens chegam até a inferiorizar a mulher. Neuenfeldt, (2005) usando o exemplo das comunidades cristãs pontua com precisão:

Se ainda constatamos que a Bíblia tem sido usada como âncora para concepções que fundamentam atitudes patriarcais e machistas, também ainda podemos afirmar que da Bíblia se extraem fundamentos para a exclusão das mulheres de espaços de poder nos diferentes espaços da sociedade, o que inclui de forma especial os espaços eclesiais.<sup>164</sup>

A hermenêutica intrassalas de aula deve, preconizar a experiência humana independente do sexo, permitir que mulheres, pobres e excluídos por variados preconceitos encontrem nos textos uma eterna celebração da vida e tenham suas próprias leituras e interpretações. Embora o processo de canonização para os textos grafados tenha enrijecido os textos e tirado desses sua historicidade, as leituras contemporâneas umedecem e lançam um frescor de sabor moderno. Apanágio esse que textos orais possuem com muita naturalidade, reatualizando sempre para aqueles que se aproximam dos textos, quer seja o crente que deseja a busca de sinalizações existenciais, quer seja o educador em busca de informações culturais.

#### 4.4.2 O bom senso em vez do dogma

---

<sup>162</sup> FEUERBACH, Ludwig. A essência do Cristianismo. Ed. Vozes. 2007, p.44.

<sup>163</sup> Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

<sup>164</sup> NEUENFELDT, 2005, p.122.

O teólogo protestante Paul Tillich, no livro história do pensamento cristão, na definição de dogma recorre à etimologia do verbete que vem do grego “*doken*” que por sua vez sugere algo como pensar, imaginar ou ter opinião. Embora o dogma seja popularmente conhecido como doutrinas cristãs, ou em alguns casos como “um ensinamento coercitivo de uma igreja autoritária”<sup>165</sup>, a história diz o contrário. Os filósofos pré-cristãos já utilizavam como o elemento distintivo em suas crenças filosóficas, os estoicos diferenciavam-se dos sofistas, esses por sua vez distinguiam-se dos socráticos por seus dogmas e assim sucessivamente.

A apropriação cristã do conceito de dogma deu-se justamente no embate com a filosofia grega. Na tentativa de distinguir os elementos constitutivos do cristianismo das opiniões dos filósofos, de maneira apofática<sup>166</sup>, os primeiros teólogos cristãos marcaram o território do cristianismo. No decorrer da história, verificou-se que o dogma degenerou-se em despotismo, causando ojeriza nos críticos da religião cristã. Nas palavras de Tillich: “os dogmas são como capas vermelhas que os toureiros usam para provocar os touros na arena; provocam raiva ou agressividade e às vezes, até mesmo luta,”<sup>167</sup>. “O mineiro de boa esperança”<sup>168</sup> chama-os de gaiolas de palavras que prendem os homens.<sup>169</sup>

A hermenêutica em sala aula optaria pelo bom senso em detrimento ao dogma, práxis comum em alguns círculos religiosos. Entendemos que bom senso na hermenêutica não está vinculada à capacidade exegética do professor e sim no frescor advindo da leitura. Isso condimenta a existência humana, que minimiza vícios e maximiza as virtudes, lidando com o texto de maneira não passiva, mas reinterpretando e atualizando à luz das vivências modernas.

Uma hermenêutica que abra janelas no texto e na alma daqueles que ouvem os relatos religiosos, que faça da divindade um pai amoroso, que convida a todos os seus filhos à celebração da vida e não como um déspota dogmático em busca de quirelas e nuances sintáticas para esmagar o ser humano.

---

<sup>165</sup>BRAATEN, Carl E., JENSON, Robert W. (Eds.) Dogmática cristã. 1 v. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p.63.

<sup>166</sup>Teologia apofática remete ao Pseudo-Dionísio, que intenta definir Deus pela negação. Ex: Imutável, infalível, etc.

<sup>167</sup>TILLICH, 2000, p.20.

<sup>168</sup>Alcunha dada a Rubem Alves.

<sup>169</sup>ALVES, Rubem. Dogmatismo e tolerância. São Paulo- SP: Loyla, 2004, p.9.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que concluímos essa dissertação seria uma pretensão, pois, o termo concluir traz a ideia de exaurir, tornar algo completo. Fato este que não pretendíamos e não fizemos com o assunto. Há muito o que ser dito sobre o Ensino Religioso no Brasil, que continuara por sua vez no alto de sua ambiguidade, tal como a esfinge egípcia olhando para os pesquisadores dizendo: “Decifra-me ou eu te devoro”. Algumas limitações geográficas e financeiras impossibilitaram um melhor desenvolvimento da dissertação, entretanto um passo foi dado na pesquisa que não se esgota aqui e agora.

Posto isso, essa dissertação teve como fito elencar os impasses e as possibilidades dos textos sagrados grafados ou orais em aulas de Ensino Religioso no Brasil, tendo como fio condutor o Artigo 33 da nova Lei de Diretrizes e Bases. Para isso, fizemos uma concisa trajetória histórica, olhando de maneira panorâmica para o Ensino Religioso que configurou-se no Brasil ao longo dos anos. Constatamos que o Ensino Religioso brasileiro sempre foi tumultuado e sulcado de ambiguidades em suas propostas e nas suas praxes.

No segundo capítulo fizemos um estudo sobre o que são Textos Sagrados grafados ou orais e sua importância nas diversas culturas que os utilizam como fontes normalizadoras de comportamento. Apesar da notoriedade dos textos grafados na cultura ocidental e certa ojeriza ao grafo, as tradições orais continuam pujante no Brasil e a cada dia cresce o número de pessoas que fazem dessas, balizadores de crenças e comportamentos. Portanto, o ensino religioso brasileiro não pode fazer vistas grossas a esse fato. As três religiões do livro foram usadas como exemplo para demonstrar a relação fiel com o texto escrito.

Os impasses na utilização dos textos sagrados foram elencados no capítulo terceiro, em que possibilitamos aos que não concordam com o Ensino Religioso tivessem voz. E para tanto, elencamos o que ao nosso ver, configura-se como entrave no uso dos Textos Sagrados. Nas devidas proporções, tentamos clarificar como o aumento do fundamentalismo religioso e o despreparo docente são agentes etiológicos perigosos para aqueles que sonham e militam por um Ensino Religioso consolidado epistemologicamente.

No quarto capítulo, elencamos as possibilidades no uso dos Textos Sagrados, sinalizando as oportunidades de inclusão e conhecimento cultural advindo das

tradições religiosas que podem ser otimizadas na construção do ensino religioso. Sugerimos uma proposta hermenêutica, que opte por vidas em vez de dogmas.

Por fim, concluímos que apesar dos impasses e da falta de uma **normalização** para formação docente que tanto atormenta os militantes no Ensino Religioso, acreditamos que o Ensino Religioso é viável na sociedade contemporânea altamente em transformação. A escola não pode se privar de falar sobre a religiosidade, assim como enfatizar o direito inalienável de cada aluno em levantar a bandeira da sua confissão religiosa, não se trata de certo ou errado e sim do direito de dizer.

Assim, tudo que o proíbe o voo livre do pensamento é contrário ao nosso destino. A questão não é pensar certo ou pensar errado. **Afinal, quem sabe o que é certo ou que é errado?** A questão é simplesmente pensar. Sem pensamento a alma esta engaiolada<sup>170</sup> (negrito nosso).

Foram-se os dias em que o Brasil era marcado apenas por uma ou duas confissões religiosas. O pluralismo e candência em torno da espiritualidade humana exige dos docentes conhecimentos arejados, aberto ao diálogo inter-religioso, permitindo a formação do ser humano integral.

---

<sup>170</sup> ALVES, 2004, p.10.

## 8. REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. O que é Religião. Ed. Abril Cultura / Brasiliense. 1984.

\_\_\_\_\_ Dogmatismo e tolerância. São Paulo- SP: Loyla, 2004.

ALMEIDA, Débora Vasti Colombani Bispo De. Ensino Religioso ou Ensino de Religiões? A Concepção de Ensino Religioso Escolar no Estado de São Paulo. PUC/SP. 2006.

ABUMANSUR, EDINSUED. HERANÇAS E RUPTURAS NA RELIGIOSIDADE NEOPENTECOSTAL. PUC/SP. 1998.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. Ed. USP, 1960.

SANTORO, Andréx. SARTORELLI, André Victor. Os Vedas: Um livro aberto. Super Interessante, São Paulo. Ed.254

Bíblia de Jerusalém, 5ª impressão. Ed. Paulus. 2008.

Bíblia Sagrada. Sociedade Bíblica do Brasil. Versão Almeida Corrida Fiel. Barueri – SP. 2012.

BIACA, Valmir et al. O sagrado no ensino religioso. SEED – Pr., 2006. (Cadernos pedagógicos do ensino fundamental, v.8).

BOFF, Leonardo. Tempo de transcendência: O ser humano como um projeto infinito. 2. Ed.. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

\_\_\_\_\_. O despertar da águia: o dia-bólico e sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis, Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_ O Que é Fundamentalismo. Disponível em: [www.leonardoboff.com.br](http://www.leonardoboff.com.br). acesso em 15 de maio as 10h.30mm.

BRAATEN, Carl E., JENSON, Robert W. (Eds.) Dogmática cristã. 1 v. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p.63

BRANDENBURG, Laude Erandi. Epistemologia do Ensino religioso e a prática escolar. São Leopoldo. Editora EST, 2010.

CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de descobrimento. Ministério da cultura Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro.

CASSEB, Samir Araújo. Ensino Religioso: Legislação e seus Desdobramentos nas Salas de Aula do Brasil. Fórum mundial de teologia e libertação. Belém. 2009.

\_\_\_\_\_. Ensino Religioso na escola pública: O retorno de uma polêmica recorrente.

COSTA, Simone Rames Abrahão Basylioda. O DISCURSO CONSTITUINTE E SUAS IMPLICAÇÕES. travessias número 02. Ano ?

COSTELLA, Domenico; OLIVEIRA, Ednilson Turozi. Epistemologia do Ensino Religioso. In: *Revista Religiao & Cultura*, v. VI, n. 11 (jan./jun. 2007): 43-56.

Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Acessado 23.05.12 as 13:48hs. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm).

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. O Ensino Religioso no Cenário da Educação Brasileira: aspectos históricos e sócio-político-cultural. São Paulo: CNBB, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e Escola Pública: o Curso Histórico de uma Polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Revista de Educação*, 17: 20-37. 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. A EDUCAÇÃO NA CONCORDATA BRASILEIRA-VATICANO. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Revista Educação*. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DANTAS, Douglas Cabral. O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 112-124, 1º sem. 2004.

Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

DECRETO Nº 7.107, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm). Acessado em 28.06.2013

Definição de Ratum Studiorum, disponível [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ratio\\_studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm) acessado as 12:06 do dia 13.08.13

Dicionário online Priberam. <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=impasse>

acessado dia. 18.06.13 as 00:56.

FAUTOS, Boris. História do Brasil. São Paulo. Edusp. 1996.

FEUERBACH, Ludwig. A essência do Cristianismo. Ed. Vozes. 2007

FONAPER. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso. São Paulo: Ave Maria, 1997.

Fórum Nacional Permanente de ensino religioso. [www.fonaper.com](http://www.fonaper.com). Consultado dia 20. 05.2013 as 18:58

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. Romance da História da Filosofia. Editora CIA. Das Letras 28º imp. 1998.

GEISLER, Norman. NIX, Willian. Introdução Bíblica. Como a Bíblia chegou até nós. São Paulo.SP. Ed. Vida. 1997.

GIBELLINE, Rosino. A Teologia do Século XX. Edições Loyola. São Paulo 2002, 2º Ed.

GOMES, Eduardo de Castro. A escrita na história da humanidade. Manaus: Ufam, 2007.

Grandes Frases de Mandela. Disponível: <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/12/08/ninguem-nasce-odiando-outra-pessoa-pela-cor-de-sua-pele/> acessado as 10:14. 21.12.13

GRESCHAT, H. O que é ciência da religião. 2006.

GRUEN, Wolfgang. O ensino religioso na escola. Petrópolis. Editora. Vozes,1994.  
\_\_\_\_\_ A Bíblia na escola. São Paulo: Paulinas, s/d.

HARTMANN, Attilio. Uma Globalização Humanista: Nostalgia ou Esperança? A Contribuição da Religião para um mundo globalizado. Campo Grande /MS – setembro 2001.

HAMPATÉ BÁ, A. “A tradição viva”. História Geral da África. Vol. I. São Paulo: Ática-Unesco, 1980.

*Ipsis Literis* definição. <http://www.dicionarioinformal.com.br/ipsis%20litteris/> acessado em 23.05.13 as 15:33

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, SP. 27 de fevereiro de 2011.

Jornal acrítica online disponível em. [http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espirtismo\\_0\\_808119201.html](http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espirtismo_0_808119201.html). Acessado as 09:22, do dia 21.12.13.

*KONINGS, Johan. A palavra se fez livro. São Paulo: Loyola, 2002 (2ª ed.)*

KLEIN, Remí. Curso de extensão em ensino religioso. Fundamentos históricos e legais do ensino religioso. São Leopoldo. Editora EST, 2010.

\_\_\_\_\_. A narração de histórias bíblicas na perspectiva da criança: fundamentos e modelos narrativos. São Leopoldo: EST-IEPG, 1996 (Dissertação de Mestrado).

Manual de normas para trabalhos científicos: Baseados nas normas da ABNT. 2. Ed. Ver. e atual. – São Leopoldo: EST 2009.

MAX, Antônio. Um breve histórico do Ensino Religioso na educação brasileira. Rio Grande do Norte. 2009.

MISSAGIA, Juliana. A hermenêutica em Heidegger e Gadamer: Algumas confluências e divergências. PUCRS. 2010

MORIN, Edgar. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

MONDIN, Batista, Introdução à filosofia. Rio de Janeiro. Edição Paulinas. 1980.

NEUENFELDT; Elaine G. Diálogo entre a leitura popular e a leitura feminista da Bíblia. Estudos Teológicos, v. 45, n. 2, p. 117-128, 2005.

\_\_\_\_\_. Textos sagrados no Ensino Religioso. São Leopoldo. RS. Editora. EST, 2010.

O Fenômeno Religioso nas tradições religiosas. II Tradições religiosas indígenas afro-brasileiras ASSINTEC/SME de Curitiba 2007, p.5.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. Ensino Religioso: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

O que é Iluminismo. <http://www.infoescola.com/historia/iluminismo/> acessado as 11.56 do dia 25.10.2013.

PACHECO, Joice Oliveira. IDENTIDADE CULTURAL E ALTERIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS. Revista Eletrônica dos Docentes em

História. UNISC.

PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

[ProjetoFilosofia.blogspot.com.br/2009/01/as-restrics-da-razo-pblica-em-rawls-e.html](http://ProjetoFilosofia.blogspot.com.br/2009/01/as-restrics-da-razo-pblica-em-rawls-e.html).  
Acessado as 14.41. dia 15.10.10.

QUEIROZ, Sônia (org). A tradição oral. Belo Horizonte. Fale.UFGM. 2006

RATH, Rainer. Kommunikationspraxis: AnalysenzurTextbildung u. Textgliederungimgesprochenen Deutsch. Göttingen: VandenhoeckundRuprecht, 1979. p.20

RANQUETAT, Cesar A Jr. Religião em sala de aula: O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. São Paulo. Ed CS, 2007.

REIMER, Haroldo. Textos Sagrados e seus Ensinamentos. 2008.

RENDTORFF, Rolf. A Formação do Antigo Testamento. 5. Ed. São Leopoldo: Sinodal.

RICARDO, Alan. Complexidade, espiritualidade, educação. Por uma educabilidade do espírito humano. São Paulo, UMESP. 2005.

ROCHA, Abruschin Schaeffer. Hermenêutica: Lendo textos e pessoas num mundo paradoxal . São Leopoldo: Sinodal / EST, 2012.

SALLES, W.; SANTOS, J. A. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 358-377, set./dez. 2010.

SARTRE, Jean-Paul, 1905 - 1980Entre quatro paredes . - 4ª ed.. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Pluralismo Religioso: as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

SANTOS, Fanuel. O Ensino Religioso No Brasil: Da Catequização Católica aos Desafios da Pluralidade Religiosa. Faculdade Dom Bosco. 2010.

SARMENTO, Daniel. Legalização do Aborto e Constituição. In: SARMENTO, Daniel (Org.). Diferentes mas Iguais. Estudos de Direito Constitucional. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 115.

SCHOLZ, Vilson. Princípios de Interpretação Bíblica. Introdução a Hermenêutica com Ênfase em gêneros literários. 1º Ed. Editora Ulbra. 2006.

Sensu do IBGE. Acesso em 15.03.2013  
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2170>

SILVA, Tomaz T. da (Org.). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMMEL, G. Essays on Religion. Yale: Yale University Press - Durham, 1997

Verbetes elaborado por César de Alencar Arnaut de Toledo, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. Acessado em 13.08.13 as 12:55. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ratio\\_studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm)

WRIGHT, N.T. Simplesmente cristão. Viçosa. Editora. Ultimato, 2009.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[Wikipedia.org/wiki/Vedas](http://Wikipedia.org/wiki/Vedas). Consultado em 14.06.2013 as 14:47.

ZABATIERO, Paulo Tavares. Leonel João. Bíblia literatura e linguagem. São Paulo. Paulus. 2011.